DIARIO OFFICIAL

DA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX—2.º DA REPUBLICA—N. 238

RIO DE JANEIRO

TERÇA-FEIRA 2 DE SETEMBRO DE 1890

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 683 — DE 23 DE AGOSTO DE 1890

Declara de utilidade publica a desapropriação da fazenda do Pinheiro, na estação da Estrada de Ferro Central do mesmo nome.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que é de urgente necessidade estabelecer no interior uma hospedaria em localidade apropriada, onde sejam internados os immigrants que chegarom à Capital Federal na estação calmosa;

Considerando que pelo desenvolvimento dado ao serviço da immigração deve o Governo Provisorio adoptar todas as providencias a seu alcance para que os immigrants encontrem no paiz conveniente agasalho;

Considerando que a hospedaria da ilha das Flores é insufficiente para accomodar grande numero de individuos, sempre que as entradas excederem à média fixada para a lotação dos alojamentos;

Considerando que nestas condições a hospedaria destinada à internação será de grande auxilio para o conveniente agasalho que os immigrants devem receber á chegada;

Considerando que a fazenda do Pinheiro onde em principios do anno passado funcionou a hospedaria destinada à internação de immigrants reúne os requisitos necessarios para a definitiva installação deste serviço já alli differentes obras feitas por conta dos cofres publicos;

Considerando finalmente que por achar-se a mencionada fazenda contemplada em um acervo sujeito á demorada liquidação, está o governo embarçado para adquiril-a pelos meios ordinarios;

Decreta:

Art. 1.º E' desapropriada por necessidade publica para o estabelecimento de uma hospedaria de immigrants e fundação de um nucleo colonial a fazenda do Pinheiro pertencente ao acervo do commendador José de Souza Breves, sita na estação do mesmo nome da estrada de ferro central, comprehendendo-se todas as terras, propriedades e bemfeitorias descriptas nos autos do inventario do acervo do mesmo commendador

Art. 2.º Servirá de base para a respectiva indemnização a avaliação judicial constante dos referidos autos.

Art. 3.º Logo depois da publicação deste decreto a mencionada fazenda será inscripta no registro—proprios nacionaes—e entregue ao

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para ser applicado aos fins declarados.

Sala das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 23 de agosto de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glicerio.

DECRETO N. 702 — DE 30 DE AGOSTO DE 1890

Altera a classificação da comarca da União, no estado do Piauhy.

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta: Artigo unico. Fica elevada a segunda entrancia a comarca da União, no estado do Piauhy.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 30 de agosto de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça sobre a petição de graça de José Augusto Laranjeira, condemnado pelo jury do termo de Batataes do estado de S. Paulo, em 15 de janeiro de 1885, á pena de galés perpetuas, art. 1.º da lei de 10 de junho de 1835, combinado com o art. 332 do Codigo do Processo Criminal, restabelecido pelo art. 29, § 1.º da lei de 20 de setembro de 1871, por crime de homicidio perpetrado na pessoa de seu senhor, em 23 de julho de 1884, e commiserando-se do recorrente, por attender a que o seu crime é um effeito da escravidão, que impellia as suas victimas a reagir contra sevicias deshumanas, e por informar o carcereiro da cadeia da capital daquelle estado, na qual se acha o recorrente desde 1885, ser bom o seu comportamento: resolve perdoar-lhe a pena de galés perpetuas que lhe foi imposta.

O processo, em que foram resumidas as allegações e provas da accusação e da defesa, concluiu o juiz de todo resulta precisamente que o autor é um individuo sem escrúpulo, sem honestidade, capaz de ter si cador da firma do querellado, mal duzlogica e necessariamente que ficasse essa firma em uma letra, pois si há indicios fortes, e presbustas, não ha prova completa e da verdade dessa imputação feita, sendo em razão da insufficiencia de ser este condemnado como calumniador;

Que o mesmo autor se acha preso por quebra fraudulenta;

Que, embora o juiz da condemnacão tenha fundado sua sentença na prova da imputação de falsidade feita, prova resultante de pareceres sobre a semelhança das assignaturas do réo, e do depoimento da testemunha que affirmou ter o réo aconselhado a que negasse a firma do aceite, como a do saque e endosso na dita letra, é certo que os peritos tambem affirmam ser

transparente, qual o da mencionada, que o referido depoimento, contestado pelo réo está em opposição com as revelações das fraudes do autor posteriormente feitas, pela mesma testemunha no processo commercial, e visto que afinal foi o réo quem pagou a letra aceita pelo autor, cujos actos de falsidade denunciara e foram em grande parte verificadas em juizo:

Resolve perdoar ao dito José Augusto Laranjeira a pena imposta pela sentença de 12 de novembro de 1888.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 30 de agosto de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça a respeito do recurso de graça n. 2.609 do réo Miguel, ex-escravo, condemnado pelo jury do termo de Batataes do estado de S. Paulo, em 15 de janeiro de 1885, á pena de galés perpetuas, art. 1.º da lei de 10 de junho de 1835, combinado com o art. 332 do Codigo do Processo Criminal, restabelecido pelo art. 29, § 1.º da lei de 20 de setembro de 1871, por crime de homicidio perpetrado na pessoa de seu senhor, em 23 de julho de 1884, e commiserando-se do recorrente, por attender a que o seu crime é um effeito da escravidão, que impellia as suas victimas a reagir contra sevicias deshumanas, e por informar o carcereiro da cadeia da capital daquelle estado, na qual se acha o recorrente desde 1885, ser bom o seu comportamento: resolve perdoar-lhe a pena de galés perpetuas que lhe foi imposta.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar,

Sala das sessões do Governo Provisorio, 30 de agosto de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça a respeito do recurso de graça n. 2.920 de Manoel Pereira Machado, primitivamente condemnado pelo jury do termo de Nitheroy, do estado do Rio de Janeiro, em sessão de 13 de março de 1885, por crime de homicidio, a pena de 12 annos de prisão com trabalho, gráo médio, do art. 193 do Codigo Criminal, commutada por decreto de 30 de março de 1888 em 6 annos de prisão com trabalho, gráo minimo da citada disposição, e considerando: que o petionario e o offendido eram amigos, mas, tendo quatro dias antes do crime estremecido relações, e encontrando-se já de noite perto do jardim do Ingá, em Nitheroy, o recorrente, que acabava de beber vinho, chamou o outro e com elle seguiu em direcção ao mesmo jardim, onde altercaram e promoveram uma

luta, a que pôz termo a 3ª testemunha, parente do offendido, depois de estar ferido este ultimo no dorso do pé, sem que a testemunha que acompanhou o réo até ás proximidades da praia das Flechas, pudesse impedir que o offendido, seu parente, retrocedesse para armar-se de uma acha de lenha, com a qual, voltando a alcançar o recorrente, agrediu-o violentamente, obrigando-o a uma defesa que, reunindo os necessarios requisitos de justificabilidade do crime, é comtudo offensa merecedora de muita ponderação e que o recorrente, segundo atesta o director da respectiva penitenciaria, tem tido sempre optimo comportamento, é muito assiduo ao trabalho e dedicado ao culto divino, havendo exhibido as melhores provas de regeneração moral pelo que o proprio director daquelle estabelecimento intercedeu, em officio de 8 de janeiro deste anno, a favor do petionario: Resolve perdoar-lhe o resto da pena de seis annos de prisão com trabalho.

O Ministro dos Negocios da Justiça o assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no cidade do Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

Ministerio da Justiça

Por decretos de 30 de agosto findo :

Foi aposentado, com o ordenado proporcional ao tempo de serviço, na fórma da lei, o escripturario, servindo de secretario da Repartição da Policia de Estado do Piahy, Dr. Carlos de Souza Martins.

—Foram removidos :

O juiz de direito Helvidio Clementino do Aguiar, da comarca da União de 1ª entrancia, para a de Therezina, de 2ª entrancia, ambas, no estado do Piahy.

Por conveniencia do serviço publico:

O juiz de direito Alfredo da Cunha Martins, da comarca de S. Bento dos Perises, de 2ª entrancia, no estado do Maranhão, para a da União, de igual entrancia, no do Piahy, ficando sem effeito a anterior remoção para a comarca de Santa Cruz de Corumbá, no de Matto Grosso.

O juiz de direito Firmino de Souza Martins, da comarca de Therezina, de 2ª entrancia, no estado do Piahy, para a de Santa Cruz de Corumbá, de igual entrancia, no de Matto Grosso.

— Foram nomeados :

Chefe de policia do estado da Bahia, o juiz de direito Felipe Dattro e Castro;

Juiz de direito da comarca de Arauá, do 1ª entrancia, no estado de Sergipe, o bacharel Vicent da Silva Portella;

Coronel commandante superior da guarda nacional da comarca de Lavras Diamantinas, no estado da Bahia, o rd. Miguel de Teive e Argollo.

—Foi reformado no mesmo posto, o coronel commandante superior da guarda nacional da comarca de Lavras Diamantinas, no mesmo estado, Francisco José da Rocha Medrado.

Foram transferidos, a pedido, para o serviço de reserva :

O capitão da 4ª companhia do 2º batalhão de infantaria da guarda nacional da Capital

Federal Jacintho Ferreira Lopes, ficando aggregado ao 1º batalhão do mesmo serviço;

O tenente ajudante e secretario do 7º batalhão de infantaria da guarda nacional, da mesma capital, Horacio Ramos Machado, ficando aggregado ao 3º batalhão do mesmo serviço.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 30 de agosto findo, foram promovidos, no corpo da Armada, de conformidade com a lei n. 2293 de 18 de junho de 1873, a primeiros tenentes, por antiguidade, o segundo tenente Horacio Coelho Lopes e, por merecimento, o segundo tenente José Maria do Outeiro.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 30 de agosto findo.

Foram transferidos :

Para o quadro extranumerario, de conformidade com o disposto no art. 109 do regulamento approved pelo decreto n. 9703 de 22 de janeiro de 1887, o tenente de infantaria José Rodrigues das Neves, que foi nomeado instructor adjuncto da Escola Tactica e de Tiro do estado do Rio Grande do Sul;

Para o cargo de ajudante do 20º batalhão de infantaria o capitão do 21º João Luiz de Castro e Silva e para o commando da 2ª companhia deste ultimo batalhão o capitão daquelle Cypriano Alcides.

— Concederam-se as honras do posto de major do exercito ao ex-cirurgião mór de brigada do corpo de saude Menandro dos Reis Meirelles, em attenção aos serviços que prestou no mesmo exercito.

—Foi aposentado o coadjuvante do professor de primeiras lettras da companhia de aprendizes artifices do Arsenal de Guerra do estado da Bahia Julio Cesar Alvim, com o vencimento que lhe competir, visto soffrer de molestia incuravel que o torna incapaz de continuar a servir no dito emprego.

—Declarou-se sem effeito o decreto de 31 de maio do corrente anno que nomeou o tenente reformado do exercito Joaquim Alves da Costa Freire, almoxarife do hospital de 2ª classe da cidade de Bigé, no estado do Rio Grande do Sul.

Por decreto de 1 do corrente, concedeu-se reforma, com o soldo por inteiro e valor da farinha, de conformidade com o decreto do 11 de dezembro de 1815, ao cabo de esquadra do 27º batalhão de infantaria João Xavier Rebouças, visto contar mais de trinta annos de serviço e achar-se impossibilitado de nello continuar.

Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos

Por decreto de 13 de agosto findo, declarou-se sem effeito o de 31 de maio deste anno que nomeou o Dr. Augusto Cesar Vianna para o logar de inspector do Laboratorio de Hygiene da Faculdade de Medicina da Bahia.

Por decreto de 30 de agosto findo, foi nomeado o vice-reitor do Internato do Instituto Nacional de Instrucção Secundaria bacharel Luiz Candido Paranhos de Macedo para o logar de reitor do mesmo internato, com o vencimento que lhe competir.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

Por portaria de 30 de agosto findo, foi nomeado o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, para o logar de advogado auxiliar do Conselho de Intendencia Municipal, sendo concedida a exoneração (cu) pediu o Dr. Antonio Coelho Rodrigues.

Expeliente do dia 23 de agosto de 1890

Declarou-se :

Ao Ministerio da Fazenda em referencia ao aviso n. 101 de 12 de agosto corrente, que já foram enviados ao mesmo Ministerio, conforme consta do aviso de 10 de outubro de 1887, de que se lhe remette copia, todos os documentos que existiam na Secretaria de Estado deste Ministerio relativos ás despezas, no importancia total de 234:307\$100, feitas pelo commendador Jeronymo José de Mesquita, depois Barão e Conde de Mesquita, na qualidade de thesoureiro da commissão encarregada do desembarque e internação de imigrantes, em 1873, para as quaes recebeu adeantadamente a quantia de 191:589\$000.

Ao director geral da assistencia medico-legal de alienados que, á vista do disposto no art. 32 do regulamento annexo ao decreto n. 508 de 21 de junho ultimo, pôde resolver sobre os pedidos que fizer o provedor da Santa Casa de Misericordia relativamente á admissoão de alienados no Hospicio Nacional.

— Remetteram-se :

Ao governador do estado de Pernambuco, em resposta ao officio de 28 de julho ultimo, a portaria de 25 do corrente mez, pela qual é concedida licença á Santa Casa de Misericordia da cidade do Recife para comprar ao desembargador Manoel da Silva Rego, a Coriolano de Abreu e Modesto Coelho do Rego tres quintas partes da metade de um predio sito á rua dos Coelhos;

Ao estado do Ceará, a portaria da mesma data, concedendo licença á Santa Casa de Misericordia da cidade da Fortaleza para adquirir um terreno na capital, situado á rua da Praia, em confrontação com a cadeia publica e a estação da estrada de ferro de Baturité, e outro em Maracanhú, á esquerda da referida estrada;

Ao conselho de Intendencia Municipal, para tomar na consideração que merecer, o requerimento da directoria da companhia Villa Isabel, reclamando contra as bases da prorrogação de prazo concedida, segundo allega, á de S. Christovão.

—Requisitou-se ao Ministerio da Fazenda a expedição de ordem afim de que se pague ao Dr. Joaquim José de Figueiredo, nomeado, por portaria de 9 deste mez, para exercer o logar de delegado de hygiene em commissão durante o impedimento do Dr. Edmundo Xavier, que se acha licenciado, uma gratificação igual ao vencimento do mesmo logar.

Ministerio dos Negocios do Interior—1ª secção— Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1890.

Em vosso officio de 7 do corrente mez submettestes á decisão deste ministerio o facto de ter a commissão municipal do Curralinho julgado falsos os trabalhos que lhe foram remetidos em nome da commissão districtal de Santo Antonio de Arguim e deixado por isso de revel-os.

Attendendo a que a commissão municipal pela attribuição que lhe confere o art. 40, n. II, do regulamento anexo ao decreto n. 200 A de 8 de fevereiro ultimo, de ouvir e resolver todas as queixas, denuncias e reclamações contra as qualificações districtaes, pôde considerar nulla a qualificação e deixar de revel-a quando reconhecer provados factos da ordem dos que se allegaram contra a do alludido districto, declaro-vos que não é caso de ordenar-se nova reunião da commissão revisora e que, para supprir a falta havida, cumpre recorrer ao disposto no art. 5º, parographo unico, do decreto n. 511 de 23 de junho proximo findo, segundo o qual, na hypothese vertente, deve-se proceder á chamada dos eleitores pelas listas da ultima revisão do alistamento effectuado na conformidade da lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1881.

Nes termos do aviso de 15 de maio do corrente anno, a commissão municipal é mera revisora da qualificação no sentido de não poder, em face do disposto no art. 40, § 2º do citado regulamento de 8 de fevereiro, autorizar o alistamento de cidadão que não o tenha previamente requerido á commissão districtal.

Saude e fraternidade.— José Cesario de Faria Alvim.— Sr. Governador do Estado da Bahia.

Inspectoria Geral de Hygiene

EXPEDIENTE DO DIA 28 DE AGOSTO DE 1890

Requerimentos

Fernando Rollo Ferreira, pedindo prorrogação de prazo.— A' vista da informação, concedo prorrogação de prazo por mais 30 dias, findo o qual não se attenderá a nenhuma reclamação; dê-se conhecimento ao delegado.

Joaquim Lopes Moreira, pedindo licença para abrir pharmacia em Bom Jesus do Monte.— Faça o peticionario reconhecer as firmas dos attestados, e complete o que determina a 2ª parte do art. 67 do regulamento, no que se refere á prova de probidade e do logar em que adquiriu a idoneidade technica para o serviço de manipulação pharmaceutica.

Fabio Dutra da Silva, pedindo prazo para apresentação de seu diploma de pharmaceutico.— Não competindo a esta inspectoria conceder autorização para exercicio de medicina ou pharmacia, e simplesmente cabendo-lhe registrar os diplomas legaes apresentados, deve o peticionario dirigir-se ao governo para resolver a preliminar de acceitação da certidão exhibida.

Manoel Joaquim Xavier Ribeiro, pedindo para abrir pharmacia na cidade de Bezerros, estado de Pernambuco.— Ao Sr. Dr. secretario para dar cumprimento ao que determina o art. 63 do regulamento.

DIA 29

Ao Dr. inspector de hygiene do estado de S. Paulo, remetendo a informação sobre a pretensão de Francisco Corrêa de Camargo, assim concebida:

Determinando o art. 67 do regulamento sanitario vigente que, na localidade onde não houver pharmaceutico estabelecido, poderá conceder-se licença a um pratico para abri-la, satisfeitas as condições especificadas nesse artigo, e havendo esta inspectoria concedido já licenças pelo regulamento anterior de 3 de fevereiro de 1886 a tres praticos: Theophilo Corrêa de Camargo, Manoel da Silva Sirio e Antonio José Ribeiro Braga, cumpre que essa inspectoria informe si todos esses praticos não continuam estabelecidos na localidade, só assim estará em condições de ser deferida a pretensão de Francisco Corrêa de Camargo.

Requerimentos

João Agapito do Monte, communicando ter assumido a direcção technica da pharmacia sanitaria á rua do Conde d'Eu n. 113 e pedindo a respectiva licença.— Informe sobre as condições actuaes da pharmacia o pharmaceutico Racha Braga.

F. F. e Almeida Sant, pedindo providencias contra o máo estado de asseio do cortiço á rua do Conde d'Eu n. 65.— Ao Sr. Dr. ajudante para verificar e providenciar.

Antonio Mariano Alber de Oliveira, pedindo baixa da responsabilidade technica da pharmacia sita á rua do Conde d'Eu n. 113.— Dê-se baixa, communicando-se ao pharmaceutico.

DIA 30

Ao Sr. Dr. delegado de zona de Jacarepaguá, para que informe si na parochia existe alguma casa que possa servir para enfermaria de variolosos; e qual o orçamento de despesa para poder funcionar; afim de poder o governo convenienciar essa solicitação, que de vantagem, caso se multipliquem os casos de variola nessa localidade.

Do Sr. Dr. inspector de hygiene do estado do Rio de Janeiro, remetendo resultado da analyse a que se procedeu no Laboratorio Nacional das Amedicamentos aviados em uso de Petropolis.

Ao Sr. Dr. inspector geral de saude dos portos, communicando termos dos Srs. Costa Ferreira & estufas de desinfecção, destinadas ao lazareto da Ilha Grande.

Requerimentos

Augusto Candido de Seixas para preparados.— Sigam as amostras, com o presente requerimento, para o Laboratorio Nacional de Analyses, afim de se sirva mandando communicar o resultado das analyses.

Dr. Gastão de Aragão, pedindo licença para o remedio denominado Anti-beriberico.— Deferido, passe-se a licença ao peticionario, desde que o medicamento novo, só podendo ser manipulado por pharmaceutico, não esteja na forma da parte final dos artigos 63 e 65 do regulamento sanitario vigente.

Belisario Moreira Guimarães, pedindo para estabelecer-se com pharmacia na cidade de Piaunhy, estado de Minas Geraes.— Ao Sr. Dr. inspector de hygiene do estado de Minas Geraes, para que se sirva informar si na localidade não existe pharmacia de manipulação pharmaceutica, e si, em taes circunstancias, torna-se indispensavel a abertura do peticionario.

Serra Pinto & Comp., pedindo licença para preparados.— A' vista da informação e do resultado da analyse feita no Laboratorio, passo a conceder a licença e a aprovação para os preparados a que se refere a presente petição, substituindo-se por emulsoes de pilulas Maravilha pelo de Contr

Ministerio da Justiça

Por portarias de 1 do corrente

Concederam-se dous mezes de licença com o vencimento de confidencia com o decreto n. 690 de 28 do mez de dezembro, ao desembargador da Relação da Capital Antonio Carneiro de Campos, para tratar de sua saude;

Foi prorrogada por tres mezes a que tiver direito, a licença ultimamente concedida ao bacharel Francisco Ceetano de Almeida Galeão, juiz de direito da comarca do Pombal, no estado da Bahia, para tratar de sua saude;

Concederam-se tres mezes de licença ao 1º tabellião e escrivão do termo de Maragogy, no estado das Alagoas, Herenegildo José Tavares, para tratar de sua saude.

pedindo providencias contra o máo estado de asseio do cortiço á rua do Conde d'Eu n. 65.— Ao Sr. Dr. ajudante para verificar e providenciar.

Antonio Mariano Alber de Oliveira, pedindo baixa da responsabilidade technica da pharmacia sita á rua do Conde d'Eu n. 113.— Dê-se baixa, communicando-se ao pharmaceutico.

Informe si na parochia existe alguma casa que possa servir para enfermaria de variolosos; e qual o orçamento de despesa para poder funcionar; afim de poder o governo convenienciar essa solicitação, que de vantagem, caso se multipliquem os casos de variola nessa localidade.

Do Sr. Dr. inspector de hygiene do estado do Rio de Janeiro, remetendo resultado da analyse a que se procedeu no Laboratorio Nacional das Amedicamentos aviados em uso de Petropolis.

Ao Sr. Dr. inspector geral de saude dos portos, communicando termos dos Srs. Costa Ferreira & estufas de desinfecção, destinadas ao lazareto da Ilha Grande.

Augusto Candido de Seixas para preparados.— Sigam as amostras, com o presente requerimento, para o Laboratorio Nacional de Analyses, afim de se sirva mandando communicar o resultado das analyses.

Dr. Gastão de Aragão, pedindo licença para o remedio denominado Anti-beriberico.— Deferido, passe-se a licença ao peticionario, desde que o medicamento novo, só podendo ser manipulado por pharmaceutico, não esteja na forma da parte final dos artigos 63 e 65 do regulamento sanitario vigente.

Belisario Moreira Guimarães, pedindo para estabelecer-se com pharmacia na cidade de Piaunhy, estado de Minas Geraes.— Ao Sr. Dr. inspector de hygiene do estado de Minas Geraes, para que se sirva informar si na localidade não existe pharmacia de manipulação pharmaceutica, e si, em taes circunstancias, torna-se indispensavel a abertura do peticionario.

Serra Pinto & Comp., pedindo licença para preparados.— A' vista da informação e do resultado da analyse feita no Laboratorio, passo a conceder a licença e a aprovação para os preparados a que se refere a presente petição, substituindo-se por emulsoes de pilulas Maravilha pelo de Contr

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 29 de agosto de 1890

The Singer Manufacturing Company, para ser declarada sentença passada em julgado a proferida na acção criminal que moveu contra Maximiano Nothmann, e prejudicado o recurso de revista, sob o fundamento de haver o decreto de 28 de julho ultimo concedido a minoração da pena imposta na mesma sentença.— Não tem logar o que requer a supplicante, pois a moderação da pena concedida antes da revista, ou pendente ella, não impede o proseguimento desse recurso, salvo desistencia da parte que se contente com a graça obtida, conforme o disposto no art. 12 do decreto de 20 de setembro de 1833; e a lei prohibe avocar ou sustar questões pendentes do poder judiciario.

Em virtude destes preceitos mantidos e confirmados no decreto, contra o qual reclama a supplicante, sómente os tribunaes judicarios podem pôr termo ao recurso e processo, a que se refere, e não procedem as suas reclamações, porque:

1.º Minorando pena imposta por sentença de 2ª e ultima instancia, da qual não cabia recurso suspensivo, o chefe do governo provisorio usou da attribuição em vigor de n. 8 do art. 101 da lei de 25 de março de 1824, nos termos em que foi conferida como um complemento da justiça social, e exercitavel portanto desde que ha pena executoria por effeito de sentença, não sendo admissivel que o recurso judiciario, não suspendendo a execução, suspenda a prerogativa até a consummação do mal, que ella tem por fim remediar conforme as conveniencias do bem publico e os principios de equidade. Desde que ha julgado para execução de pena, ha julgado para o exercicio do direito de agraciar.

2.º Já não existia recurso algum judiciario contra a pena de prisão, sendo varia a jurisprudencia dos tribunaes sobre a applicação do art. 14 § 6º da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871 a casos dessa natureza, e certo que o governo resolveu pela negativa no aviso de 30 de junho de 1873, e que ainda não é lei o projecto de reforma judiciaria apresentado ao senado pelo ministro da justiça, na sessão de 1888, propondo no art. 2º § 11 a instituição da fiança dos réos condemnados, pendente o recurso de appellação (não o de revista).

3.º O uso simultaneo de diversos remedios juridicos só não é permittido dentro da esphera de cada poder e para o mesmo fim, sendo numerosos os casos em que os cidadãos podem recorrer simultaneamente aos poderes legislativo, executivo e judiciario, conforme a competencia de cada um, e portanto não irregular que recorram ao depositario do direito de agraciar, afim de obter o perdão da pena, para cuja execução a sentença, embora annullavel, passou em julgado, e aos tribunaes, afim de obter dentro dos prazos e casos determinados na lei a annullação da mesma sentença, ou, em qualquer tempo para provarem sua innocencia e se rehabilitarem conforme o art. 9º da lei de 18 de setembro de 1828, concebido nestes termos: « Nas causas crimes a manifestação da revista poderá ser feita, não só enquanto durar a pena, mas ainda mesmo depois de executada as sentenças quando os punidos queiram mostrar sua innocencia, allegando que lhes não foi possivel fazel-o antes.

4.º Podendo a pena ser perdoada sem solicitação e contra a vontade do réo, pois não é ella direito seu, mas da justiça social, a forçada renuncia do recurso judiciario seria violencia injustificavel.

5.º Não se deve confundir o direito do agraciar que, salvo o caso extraordinario de amnistia, só tem por objecto a pena no todo ou em parte, com o perdão da offensa, pelo qual o offendido ponha termo á sua acção, cu com a desistencia de qualquer das partes quanto aos respectivos direitos.

6.º O perdão ou minoração da pena não altera o julgado nem prejudica os direitos das

partes, seja á plena satisfação do mal causado, seja ao uso de qualquer acção ou recurso, que não tenha por fim a execução da pena perdoada ou minorada.

7.º Não podendo o decreto ter execução antes de ser julgada a graça conforme á culpa pelo tribunal de que pende o processo, segundo o disposto no art. 6.º e seguintes do decreto n. 1458 de 14 de outubro de 1854, não se deve presumir que, si nelle houver ob ou subreção de alguma circumstancia que pudesse influir para a denegação da graça, deixe o tribunal de expor essa circumstancia ao chefe do Estado para sua final resolução nos termos do mesmo regulamento.

8.º A regra adoptada pelo Governo Provisorio de fundamentar os decretos de graça é a consequencia da substituição do regimen da irresponsabilidade pelo da responsabilidade, como já reconhecida um dos mais abalisados publicistas da extincta monarchia (Marquez do S. Vicente, *Direito Publico*, n. 280), e, portanto, uma homenagem á nação e uma garantia do exercicio do direito de agraciá; longe de ter os inconvenientes apontados e derivados do receio de abuso do poder executivo ou de fraqueza do poder judiciario, é para aquelle meio eficaz de exercer inspecção sobre seus auxiliares, para este o de representar nos casos de ob ou subreção e para a nação o de conhecer como são desempenhadas as suas delegações.

9.º Os fundamentos da graça não tolhem o livre e independente poder do julgar conforme a lei e a prova dos autos, tomarem ou não conhecimento os juizes dos novos documentos que á sua petição junta o reclamante; da mesma sorte que a alta autoridade do supremo Tribunal de Justiça não impede que a relação revisora se aparte dos fundamentos de sua sentença, nem os de quaesquer decisões judiciais que o chefe da nação, no uso do direito de agraciá, tome em consideração as duvidas dos juizes sobre a existencia do crime e a applicação da lei, os julgados divergentes e a necessidade de assentos a bem da corteza da lei e da justiça da sanção.

10. As instrucções dadas pelo poder aos seus auxiliares para informação das petições de graças e sobre o processo de formação da culpa, julgamento, recursos e execução da pena a que se refiram, não inibem o mesmo poder de usar, independente de petição e de outras informações que não ás de sua consciencia, da prerogativa de perdoar ou minorar as penas impostas aos réos condemnados por sentença desde que esta seja exequivel e lh'o aconselhe o bem publica ou a equidade.

Ministerio da Fazenda

Por titulos de 1 do corrente:

Foi nomeado o bacharel João Brígido Filho, para o logar de procurador fiscal da Thesouraria de Fazenda do estado do Ceará, e dos feitos da fazenda do mesmo estado, sendo concedida ao bacharel Antonio Ferreira Mello de Santiago, exoneração do referido logar, por ter sido nomeado para o de juiz de direito;

Foram concedidos seis mezes de licença, com vencimento na forma da lei, ao 2º escripturario da Thesouraria de Fazenda do estado da Parahyba Antonio Joaquim de Vasconcellos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 1 de setembro de 1890

Dr. Ernesto Eugenio da Graça Bastos.—Pague-se,

Frederico Carlos da Cunha pedindo garantia de juros de 6 % em ouro para um banco que deseja fundar.—Indeferido.

Banco União de S. Paulo pedindo que seja acceto o deposito de 139 aplices de 1 000\$

cada uma, afim de receber igual quantia em notas.—Deferido, depois de recebidas as aplices e lavrado o competente termo na Directoria Geral do Contencioso.

A. Fiorita & Comp. pedindo privilegio e favores para os paquetes da companhia *Frattelli Lavarello fu Gio Batta*.—Concedidos.

João Rodrigues de Souza Faria pedindo o titulo declaratorio dos vencimentos de aposentado.—Passe-se.

Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Christovão pedindo a entrega do producto de seis loterias.—Sim, preenchida a formalidade do § 2º do art. 8º do decreto n. 2874 de 31 de dezembro de 1861.

Lloyd Brasileiro pedindo o pagamento de passagens na importancia de 5:193\$310.—Pague-se.

D. Maria Henriqueta de Niemeyer Bellegarde pedindo pagamento de vencimentos de seu fallecido irmão Guilherme Candido Bellegarde.—Pague-se.

Banco da Lavoura e Commercio pedindo permissão para não empregar em auxilios á lavoura as quotas pertencentes ao Thesouro, que se forem liquidando, assim como a liquidação dos ditos auxilios, findo o prazo de 25 annos.—Indeferido.

Banco Territorial e Mercantil de Minas propondo diversas clausulas para innovação do contracto de 10 de julho de 1889, celebrado com o Thesouro Nacional.—A exposição do petionario não demonstra a conveniencia nem a justiça de alterarem-se, em relação a esse estabelecimento, as clausulas de rescisão adoptadas a respeito de todos.

Ministerio da Marinha

Em data de 30 de agosto ultimo, foram concedidos seis mezes de licença, na forma da lei, ao 1º tenente Luiz Manoel Gonçalves, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 1 de setembro de 1890

Emiliano Porfirio do Silva Campos, ex-praça da companhia de aprendizes marinheiros.—A vista da informação é infundado o pedido; por isso indeferido.

Capitão-tenente José Antonio de Oliveira Freitas.—Como requer.

José Diogo de Oliveira Osorio, tenente reformado do exercito.—Indeferido.

Bernardino de Senna Lopes.—Como requer.

Ministerio da Guerra

Por portarias de 28 de agosto findo, foram nomeados:

O tenente-coronel do corpo de estado-maior de 1ª classe Eduardo José Barbosa para servir interinamente de secretario da Directoria Geral de Obras Militares;

O major José de Siqueira Menezes e o capitão Americo de Andrade Almada, ambos do corpo de estado-maior de 1ª classe, para servirem na 2ª secção da Directoria Geral de Obras Militares, durante o impedimento do coronel Capitolino Cunha e do capitão Rodolpho Coutinho.

Por portarias de 30 do mesmo mez:

Foi nomeado o major do corpo de engenheiros Gregorio Thaumaturgo de Azevedo para servir na 2ª secção na referida Directoria Geral de Obras Militares;

Concedeu-se licença ao brigadeiro reformado do exercito Domingos Alves Barreto Leita para residir no estado do Rio Grande do Sul.

Expediente do dia 29 de agosto de 1890

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

Remettendo, afim de que se digne tomar na consideração que merecerem, os papeis relativos a D. Maria de Castro Menna Barreto, filha do finado capitão Jacintho Barreto de Castro, a qual requer pagamento do meio soldo a que se julga com direito.

— Rogando se digne providenciar, afim de que, por meio de jogo de contas no Thesouro Nacional, seja o Ministerio da Marinha indenizado da quantia de 11\$545, importancia de despeza realizada com uma lancha da capitania do porto de Paranaaguá ao serviço deste ministerio, devendo a despeza ser escripturada no § 27 — Diversas despezas e eventuaes — do actual exercicio. — Comunicou-se ao Sr. Ministro da Marinha.

— Ao Sr. Ministro da Justiça, transmitindo, afim de que se digne tomar na consideração que merecer, o requerimento em que o soldado do 17º batalhão de infantaria Urbano da Silva Carrão pede diversas certidões dependentes deste ministerio.

— Ao governador do estado do Pará, approvando a deliberação que tomou de nomear Manoel Pereira de Barros para servir interinamente o logar de ajudante do pedagogo da companhia de aprendizes artifices do arsenal de guerra daquelle estado, durante o impedimento do respectivo serventuario.

— Ao do de Pernambuco, autorizando a mandar pagar, sob sua responsabilidade, as despezas que forem necessarias, por conta dos diversas rubricas do actual orçamento, devendo a thesouraria enviar, com urgencia, a esta secretaria de Estado uma demonstração discriminada de todas as verbas, para se conceder o preciso augmento de credito, e tambem os balancetes de março em diante, por que só os de janeiro e fevereiro foram recebidos.

— Ao do de S. Paulo, declarando que ficam approvadas as providencias que tomou com relação á remessa de 91 volumes contendo medicamentos enviados pela Intendencia da Guerra com destino a Goyaz, e que fica autorizada a mandar effectuar os pagamentos por conta do contracto e fretes dos ditos volumes na estrada de ferro.

— A Thesouraria do Ceará, declarando que ao cadete José Malaquias Cavalcanti Lima, alumno da escola militar desse estado, deverá fazer carga, para lhe ser descontada, na forma das ordens em vigor, da quantia de 57\$375, importancia de sua passagem de Pernambuco para o mesmo estado, a cujo abono não lhe assistia direito, visto achar-se licenciado.

— A Intendencia da Guerra, mandando fornecer ao 7º, ao 10º e ao 22º batalhão de infantaria e com urgencia ao Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso os artigos constantes das relações que se enviam.

— A Repartição de Ajudante General

Concedendo

As seguintes licenças:

Ao general de divisão graduado Izidro Fernandes de Oliveira, ao alferes do 5º batalhão de infantaria Joaquim Teixeira de Souza e ao 2º cadete sargento ajudante do mesmo batalhão João Fausto Rodrigues para assignarem-se de ora em diante o primeiro Izidro Fernandes, o segundo Joaquim Pereira Piracuruca e o ultimo João Fausto Rodrigues Hudson.

Para tratamento de saúde ao capitão do 31º batalhão de infantaria Henrique Affonso de Araujo Macedo, por dous mezes, ao particular 2º sargento do 23º Joaquim Celso Luiz Ribeiro, por tres mezes.

Troca de corpos entre si aos alferes Joaquim Fenelon Borba e Antonio Rodrigues de Oliveira Junior, este do 9º e aquelle do 5º regimento de cavallaria.

Mandando contractar Zelin Antonio Pinto de Miranda para servir de veterinario do 9º regimento de cavallaria.

Nomeando José Romero Duran para o cargo de veterinario do 1º regimento de cavallaria.

Ministerio da Agricultura

Por portaria de 30 de agosto findo, foi nomeado o engenheiro Firmino Theotônio da Morada para o lugar de fiscal da estrada de ferro do Ceará-mirim, no estado do Rio Grande do Norte.

DIRECTORIA CENTRAL

Expediente do dia 23 de agosto de 1890

Do Ministerio da Fazenda foi requisitado pagamento:

De 195:246\$ à Companhia Mogyana pelo juro garantido nos termos do decreto n. 8888 de 17 de fevereiro de 1883 e correspondente ao 1º semestre do corrente anno;

De 28:410\$783 a Francisco Antonio da Silva, por trabalhos executados no trecho de Sabará a Santa Luzia, do prolongamento da Estrada do Ferro Central do Brazil em junho ultimo.

— Do mesmo ministerio solicitou-se indemnização de 84\$600, ao agente comprador da Inspeção Geral das Obras Publicas, Modesto Alves de Oliveira, por transportes que aproveitaram aos serviços da mesma inspeccoria no mez de julho ultimo.

— Comunicou-se:

Que, por despacho de 15 do corrente, foi concedido ao engenheiro Julio da Silveira Vianna, removido para o lugar de chefe da secção do prolongamento da estrada de ferro do estado da Bahia a quantia de 500\$, a titulo de ajuda de custa;

Que a licença concedida ao agrimensor Thomaz de Figueiredo deve ser contada do dia 6 de julho ultimo;

Que, a diaria e os vencimentos do Dr. Carlos Affonso Alves tem de ser abonados no Theosouro Nacional, ao mesmo doutor ou ao seu procurador.

Remetteu-se:

A conta, na importancia de 106\$980, da Estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana de transportes e telegrammas em proveito do mesmo ministerio por lhe competir essa despeza.

Identicas contas foram igualmente remetidas.

— Ao Ministerio da Guerra idem idem na importancia de 5:607\$730.

Ao Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, idem idem na importancia de 116\$710;

Ao Ministerio da Justica, idem idem, na importancia de 70\$410.

Dia 25

Do Ministerio da Fazenda foi requisitado o pagamento:

De 4:671\$829 a diversos, por materiaes fornecidos para os serviços relativos ao abastecimento de agua a esta cidade, no mez de maio ultimo;

De 2:315\$123 a diversos, por objectos fornecidos para os serviços do Corpo de Bombeiros, nos mezes de junho e julho ultimos;

De 1:726\$151 a diversos, por materiaes fornecidos para a conservação e limpeza de galerias de aguas pluvias, canal do Mangue, reparos de proprios nacionaes e outros trabalhos, no mez de maio ultimo;

De 1:004\$330 a diversos, por materiaes fornecidos para as obras da construcção de uma caixa de agua no morro de Santos Rodrigues, em maio ultimo;

De 958\$055 a diversos, por material fornecido para os serviços das officinas e deposito central da Inspeccoria Geral das Obras Publicas, no referido mez;

De 909\$125 a José Moreira Neves, por transporte de materiaes para as obras da caixa de agua do morro de Santos Rodrigues, em julho ultimo;

De 660\$ a diversos por aluguel de carroças com animal, para transporte de residuos das galerias e collectores de aguas pluvias;

De 445\$ a diversos por fornecimento de fardamento para os empregados do Jardim Botânico, e da compra de um animal para o serviço do dito jardim;

De 425\$200 a diversos por compra de materiaes e outros objectos para o serviço de vigilancia e limpeza, do reservatorio do Pedregulho, no mez de maio ultimo;

De 288\$700 a G. Leuzinger & Filho, por objectos fornecidos para a 2ª Directoria de Obras Publicas da Secretaria de Estado;

De 257\$200 a diversos por aluguel da casa onde funciona o escriptorio da commissão das obras do rio de S. Pedro, e de objectos fornecidos para as mesmas obras em abril ultimo;

De 161\$800 a Companhia Ferro Carril e hotel Corcovado por transporte de material destinado ás obras e reparo; dos conductores de agua e caminhos marginaes, nas Paineiras durante os mezes de janeiro a junho ultimos;

Do que venceu o engenheiro José Carvalho de Souza, encarregado da direcção do serviço do nucleo colonial Rodrigo Silva em Barbacena, de 1 a 15 de julho ultimo.

— Ao mesmo ministerio communicou-se:

Que, por decreto de 2 do corrente, foram removidos os engenheiros Ernesto Antonio de Lassiuce Cunha, do cargo de director-engenheiro, chefe da Estrada de Ferro do Recife a Caruarú e prolongamento do Recife a São Francisco, para igual cargo na Estrada de Ferro Central de Pernambuco, e João Crochatt de Sá Pereira de Castro do de engenheiro-chefe da commissão de estudos das ligações das estradas de ferro do norte, para o de director engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, continuando ambos a perceber os mesmos vencimentos;

Que, por actos da mesma data, foi exonerado o engenheiro Alcino José Chavantes do lugar de ajudante da Inspeccoria Geral de Illuminação, sendo nomeado para substituí-lo o cidadão Francisco Pinheiro de Carvalho com os vencimentos que lhe competirem;

Que, por portarias da mesma data, foi removido o engenheiro Adolpho Delermundo de Aguiar do lugar de 1º engenheiro da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana para o de engenheiro da mesma estrada, e deste para aquelle o engenheiro José Joaquim de Sá Freire, com os vencimentos que lhes competirem;

Que, por igual titulo de 4 do corrente, foi exonerado, a seu pedido, o cidadão João Severiano Ribeiro, do lugar de contador da Estrada de Ferro de Baturité, e nomeado para este lugar o guarda livros da mesma estrada, Guilherme Perdigão, com os vencimentos que lhe competirem;

Que, por igual titulo de 6 do corrente, foi removido o engenheiro Pedro de Figueiredo Rocha do cargo de chefe do trafego e da locomoção da Estrada de Ferro do Recife a Caruarú para o de chefe de 3ª secção da de Porto Alegre a Uruguayana, e deste para aquelle o engenheiro Antonio de Salles Nunes Belfort, percebendo ambos os vencimentos que lhes competirem;

Que, por titulos de 12 do corrente, foram removidos os engenheiros Theophilo Benedicto de Vasconcellos, chefe de secção da Estrada de Ferro do Recife a Caruarú, para inspector geral do trafego da Central de Pernambuco; João Eduardo Barbosa de ajudante de 1ª classe daquela estrada, para chefe de secção desta, e nomeado o engenheiro Ricardo Henrique Ferreira Valle, para chefe da locomoção da Estrada de Ferro Central de Pernambuco; percebendo o primeiro 8:490\$ annuaes, o segundo o vencimento que lhe competir e o terceiro 6:000\$ também annuaes;

Que, por portaria de 21 do corrente, foi nomeado o cidadão José de Lemos para o lugar de auxiliar pratico da fiscalização dos trabalhos do arrasamento do morro de Santo Antonio, com os vencimentos da tabella approvada por portaria de junho ultimo;

Que, por igual titulo da mesma data, foi nomeado o cidadão Joaquim José Ferreira de Mendonça para o lugar de ajudante da delegacia de 2ª classe da Inspeccoria Geral das Terras e Colonização, que funciona no estado do Maranhão, percebendo os vencimentos de 4:200\$ annuaes;

Que, tendo-se procedido ao balanço no cofre, livros e papeis a cargo do fallecido thesoureiro da estrada de ferro Paulo Affonso Antonio Alves Feitosa, foi tudo encontrado regular, existindo em cofre a quantia de 3:674\$693, que passou ao almoxarife Luiz Fernandes de Araujo Besouro, designado para substituir interinamente aquelle thesoureiro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas — Directoria do Commercio — 2ª secção — N. 42 — Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1890.

Tendo deferido o requerimento de Gastão Galhardo Madeira, concessionario da patente n. 904 de um novo aerostato dirigivel, nomeo-vos para, em commissão com os engenheiros Augusto Cesar de Souza e Jorge Rademaker Grunewald, assistirdes á exposição e experiencia que o referido concessionario vos fizer do seu invento, emitindo sobre este a vossa esclarecida opinião. Conto que não recusis mais este serviço á sciencia e á causa do Brazil.

Saude e fraternidade. — Francisco Glicerio, Sr. engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin.

Identicos aos engenheiros Augusto Cesar de Souza e Jorge Rademaker Grunewald.

DIRECTORIA DO COMMERCIO

Expediente do dia 2) de agosto de 1890.

Foram a informar:

Ao governador do estado de Matto Grosso o de José da Rocha Leão para a exploração das riquezas da flora, na área comprehendida desde as margens do rio Guaporé até Villa Maria;

Ao do estado do Rio de Janeiro o de Julio Borges Leitão para a exploração de ferro e outros mineraes nos municipios de S. João do Principe, Itaguahy e Mangaratiba;

Ao do da Bahia o de Augusto Ferreira Halfeld para a exploração de carvão de pedra no municipio de Ilheos.

— Devolveu-se ao governador do estado do Pará o requerimento de A. B. Champsaur, para que seja informado nos termos do aviso de 21 de maio do anno proximo passado.

— Devolveu-se ao Ministerio da Fazenda o requerimento em que Luiz Carlos Franco e Julio M. de Lemos solicitaram a concessão dos favores do art. 20 da lei n. 3396 de 24 de novembro de 1888; declarando-se que, por despacho de 22 do corrente, foi mantido o de 11 tambem do corrente, que indeferiu a petição em que os supplicantes requereram a esta Ministerio a concessão de identicos favores.

Dia 30

Foram a informar:

Ao governador do estado do Rio de Janeiro o requerimento do padre Antonio José de Sá Cherem para a exploração de kaolim em terras devolutas no municipio de Rezende; e o de João Pereira da Silva Monteiro para a exploração de carvão de pedra, ferro, kaolim e outros mineraes nos municipios de Ibituruna, Natividade, S. João da Barra, Campos e Macahé;

Ao governador do estado de S. Paulo o de J. Coelho Barbosa para a exploração de carvão de pedra e outros mineraes;

Ao governador do estado de Minas Geraes o de Herculano Barbosa Manso para a exploração de mineraes no municipio de Ouro Preto.

Dia 1 de setembro de 1890

Ao governador do estado do Espirito Santo o de João Pereira da Silva Monteiro para a exploração de carvão de pedra e outros mineraes nos municipios de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim;

— Ao governador do estado do Paraná o de Frederico Lopes Branco para a exploração de cobre e outros mineraes no municipio de Guarapuava;

— Ao governador do estado de Matto Grosso o de Cibelly de Mendonça para a exploração de ouro e outros mineraes.

DIRECTORIA DAS OBRAS PUBLICAS

Expediente do dia 14 de agosto

Declarou-se a Intendencia Municipal da cidade de Sabará, em resposta ao seu officio de 25 de julho findo, que as novas officinas projectadas pela administração da Estrada de Ferro Central do Brazil serão edificadas na mesma cidade nos terrenos já adquiridos para tal fim.

— Declarou-se ao Ministerio dos Negocios de Instrução Publica, Correios e Telegraphos, em resposta ao aviso de 23 de julho findo, que pôde o mesmo ministerio autorizar a Directoria Geral dos Correios a fazer os pedidos á Estrada de Ferro Central do Brazil da quantidade de carvão de pedra de que precisar para o serviço da iluminação electrica do respectivo edificio.

— Declarou-se a Inspectoria Geral de Iluminação, em resposta ao officio de 4 do corrente, que ficam approvadas as nomeações feitas pela mesma Inspectoria do auxiliar Noel de Almeida Baptista para o lugar de fiscal, e do cidadão Alfredo da Rocha Moreira para o de auxiliar.

Dia 13

Declarou-se ao director engenheiro chefe da estrada de ferro do Sobral, em solução a materia do seu officio de 11 de junho proximo passado, que já se providenciou sobre a abertura, na delegacia do Thesouro em Londres, do credito de 182:991\$705, destinado á aquisição do material pedido em officio de 7 de fevereiro deste anno. Declarou-se, outrossim, quanto á applicação que o mesmo director pretende dar ao saldo de 60:910\$995 na verba da dita estrada, correspondente ao exercicio findo de 1889, á construção de mais algumas obras de arte, não poder tal medida ser autorizada por ir de encontro a terminadas disposições do Ministerio dos Negocios da Fazenda, vedando a passagem de saldos das verbas de orçamentos de exercicios anteriores para despesas concernentes a exercicios subsequentes, embora da mesma natureza.

Dia 11

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas—1ª directoria de Obras Publicas—1ª secção—N. 30—Rio de Janeiro 21 de agosto de 1890.

Respondendo á consulta que fizestes por officio n. 544 de 30 de julho findo, relativamente a pretensão dos cidadãos João Raymundo Duarte e Carlos Monteiro de Souza, para applicarem a electricidade como luz e força nesta capital, declaro-vos que o assumpto de que se trata, embora de character municipal, continúa a ser da competencia deste ministerio enquanto lhe estiver affecto o serviço de iluminação a gaz corrente.

Devolve os papeis que acompanharam ao vosso mencionado officio.

Saude fraternidade. — Francisco Glicerio. —Ao presidente da Intendencia Municipal desta capital.

— Declarou-se ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, em relação a materia do seu aviso de 30 de julho proximo passado, não convir aos interesses do Estado, que a Thesouraria de Fazenda de Pernambuco oppunha embaraços a acção do director engenheiro chefe da estrada de ferro do Recife a Caruarú, hoje Central de Pernambuco, para effectividade dos pagamentos que forem devidos aos herdeiros do ex-empiteiro Francisco Justiniano de Castro Rebello, por conta do credito especial da tabella C art. 11 da lei do orçamento em vigor, destinado á construção de obras daquella estrada; porquanto, tendo o governo julgado necessario que a continuação dessas obras fosse realizada administrativamente, por commum accordo com os interessados, foi considerado rescindido o respectivo contracto, sob as condições estabelecidas no termo de 8 de maio ultimo, sendo dadas, para esse fim, instrucções verbaes ao engenheiro chefe para prompta liquidação do mesmo contracto. Declarou-se, mais, que nas bases que constituiram o referido termo estão expressas as obrigações contrahidas, não só de ser immediatamente restituída aos

herdeiros do empiteiro a fiança de 200:000\$ por apolices da divida publica, em deposito no Thesouro Nacional, como a pagamento da quantia que resultar da avaliação a que proceder o engenheiro chefe, em harmonia com os herdeiros, do material pertencente ao mesmo empiteiro, independente da liquidação final do contracto que allude ás obras executadas.

Solicitou-se finalmente, ao indicado ministerio que digno-se providenciar, com urgencia, a fim de que a mencionada thesouraria de fazenda torne effectivo o pagamento da quantia de 100:000\$, de que trata o referido aviso de 30 de julho, importancia do material adquirido.

— Solicitou-se do Ministerio dos Negocios da Fazenda, com referencia a reclamação de Luiz Rodrigues de Oliveira para haver o pagamento de 3.250\$ de que é credor por transacções que manteve com a administração da antiga estrada de ferro D. Pedro II, hoje Central do Brazil, na qualidade de agente, que foi da mesma estrada na compra e remessa de materias na Europa, para cujo fim intentou e acha-se em andamento uma acção ordinaria perante o Juizo dos Feitos da Fazenda Nacional, a expedição de suas ordens para liquidação de semelhante divida pelo Thesouro, em face da formal desistencia que deverá o reclamante fazer perante aquelle juizo, visto que a exposição que a este aviso acompanhou justifica cabalmente o direito do referido credor. Ponderou-se, outrossim, ao indicado ministerio, que, si de ordinario as encomendas de valores não excluíam os braços, que só foram excluídos uma vez, por expressa declaração e precedendo desenho especial do aparelho, era claro que o agente procedeu segundo a regra geral estabelecida comprando-os sem a exclusão que não era especialmente indicada; e que a questão de estar depositada a parte não contestada, resolvía-se pelo modo de decidir a principal; porquanto si o Estado reconhecia agora ser devedor da quantia inteira, não era licito fundar nenhuma defesa originada da falta de cumprimento de uma obrigação sua.

— Autorizou-se a directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, de accordo com sua proposta em officio de 9 de julho findo, a fazer abonar ao mestre de linha Narciso José Ferreira, a gratificação adicional de 1:485\$ annuaes em attenção ao merito especial desse funcionario.

— Recomendou-se aos chefes dos diferentes serviços que correm pela 1ª secção da 1ª Directoria das Obras Publicas, que, á vista da requisição do Ministerio dos Negocios da Fazenda, por aviso de 31 de julho findo, e no intuito de tornar mais prompta a substituição das notas de 500 réis, não convinha que fossem novamente lançadas em circulação as recebidas nas repartições á cargo dos ditos chefes, devendo ellas serem trocadas por moedas de prata na Caixa da Amortização.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 30 de agosto de 1890

Joanna Carlota Pinheiro Paes Leme, pedindo um auxilio de 6:000\$ para desobstruir o rio S. Pedro.—Indeferido.

Companhia de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, cessionaria das obras do arrastamento do morro de S. Antonio, pedindo isenção de direitos de importação para os materias necessarios ás mesmas obras.—Requeira ao ministerio competente.

Dia 1 de setembro de 1890

Antonio Soares Guimarães e Dr. Pedro de Albuquerque, pedindo favores para explorarem a venicultura, etc.; Annibal Fernandes Pinheiro, Pedro Carvalho de Moraes e Pantaleão José da Costa e Souza, pedindo um engenheiro central no Espirito-Santo; Octaviano Mathias Velho, pedindo engenhos centraes para fabricação de farinha de mandioca.—Indeferidos.

Tenente-coronel João Felicio dos Santos, pedindo garantia de juros para uma granja

destinada á criação de ovelhas em diversos estados.—Não pôde ser attendido, é um melhoramento util, sem duvida nenhuma, mas que pôde aguardar a reunião do congresso.

Coronel Joaquim do Rego Barros, pedindo novamente revalidação da concessão feita em janeiro do anno passado.—Mantenho o despacho anterior.

Companhia Ceres Brasileira, pedindo isenção de imposto de transmissão de propriedade para o primeiro grupo de fazendas com que tem de ser installado.—Requeira ao ministerio competente.

Antonio Francisco de Oliveira, propondo-se a introduzir imigrantes no estado do Espirito Santo.—Indeferido.

Cesar Ferreira Pinto & C., insistindo sobre deferimento á reclamação anterior, relativa a differença do preço de transporte de materias, como impreiteiros da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Urugayana.—Mantenho meu anterior despacho.

Moradores da freguezia de Campo Grande e Curato de Santa Cruz, pedindo o estabelecimento de uma estação no lugar denominado Paciencia no ramal de Santa Cruz.—A' vista das informações, indeferido.

Alberto Carneiro de Mendonça, pedindo para se mandar o seu requerimento relativo á uma estrada de ferro do Cruzeiro a Angra dos Reis para a Secretaria de Obras Publicas de S. Paulo, em virtude do decreto de 26 de junho ultimo, que julgou a competencia dos estados para concessão ás estradas de ferro.—Continuó a indeferir todos os requerimentos que, como este, pretendem o mesmo objectivo, isto é, a construção da estrada de ferro do Cruzeiro a Angra dos Reis.

Jorge Krichbaum, pedindo para ser registrado o seu titulo scientifico.—Indeferido, á vista das informações.

Engenheiro Pedro Berudes e Primavera, pedindo permissão para explorar mineraes nos municipios de Lavras e Caçapava, estado do Rio Grande do Sul.—Deferido; compareça na Directoria Central para pagamento do sello.

José Leite da Cunha Bastos, pedindo privilegio, pelo prazo de 15 annos, para si ou para a companhia que organizar, a fim de preparar as carnes e pelles do gado lanigero para o fabrico de luvás de pellica e outros misteres.—Indeferido.

Société Franco-Brésilienne de Travaux Publics.—Compareça o seu representante na Directoria do Commercio.

Ministerio da Instrução Publica
Correios e Telegraphos

Repartição Geral dos Telegraphos

Por portarias de 1 do corrente, do director geral:

Foi nomeado operario de 4ª classe da officina o cidadão Lucas Affonso;

Autorizado o abono da gratificação de 2\$ diarios ao inspector de 2ª classe José Joaquim de Oliveira, durante o tempo em que esteve na exploração do rio Assú.

— Por aviso de serviço da mesma data, foram concedidos 30 dias de licença, sem vencimentos, na forma do regulamento, ao adjunto Octaviano Francisco Pereira Ramos.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 30 de agosto de 1890

Arthur Carlos da Cunha.—Admitta-se como ouvinte.

Dia 1 de setembro de 1890

Octaviano Francisco Pereira Ramos.—Deferido.

Lemos, Reis & Comp.—Deferido, de accordo com o regulamento.

NOTICIÁRIO

Associação Protectora da Infancia Desamparada — Presidencia do Sr. conselheiro Manoel Francisco Correia.

Aos 28 de julho de 1890, ás 7 1/2 horas da tarde, na escola Senador Correia, e achando-se presentes os Srs. conselheiros Manoel Francisco Correia, Visconde de Beaurepaire Rohan, Dr. Paula Freitas, commendador Carlos Guilherme Gross e Lopo Diniz Cordeiro, membros da directoria; Barão de Pereira Franco, membro do conselho; Dr. Fernando Pires Ferreira, socio, abriu-se a sessão.

Foi lida o approveda a acta da sessão de 26 de junho.

Deu motivo de ausencia o Sr. Visconde de Ibituruna.

Foi lido o officio de 28 de junho, do director do Asylo Agricola Santa Isabel, apresentando o pedido de exoneração do cargo de inspector do Asylo de José Manoel Cordeiro de Souza, e propondo para substituto Jacintho de Avellar Barbosa. — Foram approvedos um e outro actos.

Foi lido o officio do mesmo director, de 30 de junho, communicando que o educando Alexandrê Bernardino de Sá acabava de reincidir no delicto de evasão, e propondo applicação da pena do art. 13 do regulamento. — Foi approvedo.

Foi lido o balancete do Sr. thesoureiro, demonstrando o saldo em conta corrente no Banco do Brazil de 42:182\$480 e em moeda corrente de 42\$712. — Mandou-se a commissão de contas.

O Sr. presidente dá noticia do doloroso passamento do prestimoso collega do conselho superior Dr. Joaquim Pinto Netto Machado. — Mandou-se consignar na acta um voto de pesar, designando-se os Drs. Paula Freitas, Pires Ferreira e Lopo Cordeiro para assistirem á missa do 7º dia.

Foi designado para membro do conselho, na vaga do Dr. Netto Machado, o Sr. Conde de Figueredo.

Disse o Sr. thesoureiro que o Sr. commendador Gracie não respondeu ainda á proposta do conselho, constante da acta de 26 de junho. — Resolveu-se, que se fizesse convite aos diversos proprietarios, para, dentro de 30 dias, apresentarem propostas de venda de fazenda que se preste ao asylo: outrossim, que se reuna o conselho superior a 30 de agosto para tomar conhecimento das propostas.

Foi designado o dia 31 de agosto para a sessão solemne da distribuição dos premios aos estabelecimentos da protecção á infancia desvalida, segundo a deliberação do conselho de 24 de agosto de 1889.

O Sr. presidente disse, que faltando ainda o terceiro premio de 150\$, offerece esta quantia, por parte da Escola Barão do Rio Doce, que procura recomendar-se por actos meritorios, a quantos apreciam os intuitos de tão patriótica associação.

Foram designados os Srs. commendador Gross, Barões de Ypanema e de Quartim para a commissão que tem de convidar o Sr. governador dos Estados Unidos do Brazil, e resolveu-se, que fossem officiados para o mesmo fim os Srs. ministros e governador do estado do Rio de Janeiro.

Foi designado para orador official o Sr. Dr. Joaquim Abilio Borges.

Levantou-se a sessão ás 9 horas.

— Aos 21 de agosto de 1890, ás 7 1/2 horas da tarde no salão da Escola Senador Correia, achando-se presentes os Srs. conselheiro Correia, Dr. Paula Freitas, commendador Carlos Gross e Dr. Lopo Cordeiro, membros da directoria, conselheiro Soares Brandão, Dr. Mezzas Vieira membros do conselho e Dr. Abilio Borges socios, foi aberta a sessão.

Leu-se e approvou-se a acta de 28 de julho. Deu motivo de ausencia o Sr. Visconde de Ibituruna.

O Sr. commendador Gross disse que a commissão nomeada para convidar o Sr. generalissimo para a sessão solemne de 31, cumpriu o seu encargo. S. Ex. agradeceu a attenção e prometeu comparacer.

Leu-se o officio de 30 de julho do Sr. director do asylo communicando ter-se apresentado o menor Annanias, mandado ultimamente admittir.

Leu-se o officio da Exma. Sra. Baroneza de Suruly, agradecendo a concessão do premio ao collegio da Immaculada Conceição, da sociedade de S. Vicente de Paula, e communicando que o thesoureiro Sr. Barão de Andarahy irá recebê-lo.

Leu-se o officio da Exma. Sra. D. Roza A. Machado, secretaria da escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo, agradecendo a concessão de premio á escola.

Leu-se o officio dos Srs. Barão de Ipanema e commendador A. de C. Raythe, na qualidade de liquidantes da sociedade dos Concertos Classicos, communicando, que coube á associação a doação de 10 aplices de conto de réis na distribuição feita pelos socios dos concertos classicos. — Mandou-se agradecer e resolveu-se propor em assembleia geral, que se confrim diplomas de socios honorarios aos liquidantes signatarios do officio, tambem como testemunho do apreço á extincta sociedade.

O Sr. presidente disse que o fim especial desta reunião consistia em approvar o programma da sessão solemne do 31 do corrente, sendo approvedo o seguinte: 1º, hymno nacional; 2º, discurso do presidente; 3º, leitura do relatorio da commissão de estatística; 4º, entrega dos premios; 5º, discurso do orador official; 6º, discursos de outros oradores; 7º, encerramento.

O Sr. thesoureiro apresentou o balanço, que dá noticia do saldo em conta corrente no Banco do Brazil de 40:500\$, em caixa 343\$397, além de 186 aplices de 1:000\$ e de 25 acções do Banco Colonizador Agricola.

Levantou-se a sessão ás 9 horas da noute.

Exames de preparatorios—O resultado dos exames geraes de preparatorios effectuados no dia 30 de agosto findo, foi o seguinte:

Geometria— Plenamente, Ignacio Verissimo de Mello.

Simplemente: Octavio Germack Possolo, José Florindo de Sampaio Vianna e Alvaro de Avellar Calvet.

Inhabilitado 1. Reprovados 3.

Philosophia— Distincção, Ernani Torres.

Plenamente, Julio Mario Salusse.

Simplemente: João Lopes da Costa Moreira, Antonio José Pinto, Benedicto Peregrino Barroso, José Joaquim Barroso, Pedro Borges e Eugenio Adriano de Moraes.

Malas— O correio geral expede hoje as seguintes:

Pelo *Sirius*, para Bahia e Nova York, impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 7 idem.

— Amanhã: Pelo *Parahyba*, para Macahé e Campos, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo navio *Rio*, para Cap Town, impressos até ás 3 horas da tarde, cartas para o exterior até ás 4 idem.

Pagadoria do Thesouro— Pagam-se hoje os avisos do Ministerio da Agricultura ns. 2102, a Duvivier & Comp., 2112, a Angelo Florita & Comp., e mais as folhas dos seguinte ministerios:

Interior—Secretaria de Estado, dita das camaras, Inspectoria da Instrucção Publica, dita de hygiene, dita de saude dos portos, Laboratorio de Analyses e Hospital de S. Sebastião.

Justiça—Secretaria de Estado.

Fazenda—Casa da Moeda, Imprensa Nacional, *Diario Official*, montepios e diversas pensões.

Marinha—Contadoria e Intendencia.

Contadoria Geral da Guerra— Pagam-se hoje aos corpos de engenheiros, dos estados-maiores de artilharia, 1ª e 2ª classe e de saude, inclusive as respectivas secretarias, e as dos hospitaes e as consignações para alimento de familia.

Observatorio Astronomico— Resumo meteorologico dos dias 30 e 31 de agosto.

N. DE ORDEM	DIAS	HORAS	BAROMETRO A 00	THERMOMETRO CENTIGRAO	TENSÃO DO VAPOUR	HUMIDADE RELATIVA
1	30	7 hs. de noute..	758.08	20,4	16,13	91,0
2	31	1 > > manhã.	758.03	21,4	15,20	80,2
3	>	7 > > >	757.58	23,8	16,53	91,0
4	>	1 > > tarde..	756.83	21,6	16,75	87,2

Thermometro desabrigado ao meio dia: prateado 32,0, ennegrecido 46,5.

Temperatura maxima 24,5.

Temperatura minima 18,4.

Evaporação 1^m,0.

Ozone 7,0.

Velocidade média do vento em 24 hs. 3^m,1.

Estado do céo

1) Encoberto por nevoeiro secco, vento SSE 2^m,2.

2) 0,7 encobertos por cirro-cumulus e nevoeiro, vento NV 1^m,5.

3) Encoberto por nevoeiro secco, vento nullo.

4) Encoberto por nevoeiro, vento SE 2^m,0.

Repartição Central Meteorologica—Resumo meteorologico da estação do morro de Santo Antonio.

Dia 28 de agosto de 1890

Temperatura á sombra..	maxima....	20,8
	minima....	19,0
	média.....	19,9
Dita na relva.....	maxima....	23,6
	minima....	18,8
Dita ao sol.....	maxima....	39,3
Evaporação á sombra 1 ^m ,4.		
Ozone, 3º,0.		
Chuva, 1 ^m ,65.		

— E no dia 29:

Temperatura á sombra..	maxima....	23,7
	minima....	18,1
	média.....	21,0
Dita na relva.....	maxima....	24,6
	minima....	16,3
Dita ao sol.....	maxima....	49,6
Evaporação á sombra 1 ^m ,4.		
Ozone, 3º,0.		
Chuva, gottas,		

— E no dia 30:

Temperatura á sombra..	maxima....	23,4
	minima....	19,6
	média.....	21,5
Dita na relva.....	maxima....	25,9
	minima....	19,0
Dita ao sol.....	maxima....	46,6
Evaporação á sombra 1 ^m ,0.		
Ozone 1º,0.		
Chuva, 1 ^m ,0.		

Abastecimento de agua— Os diversas mananciaes forneceram:

No dia 22 de agosto:	Litros
Tinguá e Commercio.....	72.057.000
Maracanã e seus affluentes.....	16.629.000
Macacos e Cabeça.....	8.659.000
Carioca e Morro do Inglez.....	3.592.000
Andarahy e Tres Rios.....	5.496.000
Além das outras derivações antes do Pedregulho, o reservatorio de S. Christovão recebeu.....	3.810.000
e o do morro da Viuva.....	2.375.000

Santa Casa da Misericórdia—O movimento do hospital da Santa Casa da Misericórdia, dos hospícios de Nossa Senhora da Saúde, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e da Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 24 de agosto, o seguinte:

	Nacionaes	Est.	Total
Existiam	731	519	1.300
Entraram	14	8	22
Sahiram	12	16	28
Falleceram	9	2	11
Existem	774	509	1.283

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 419 consultantes, para os quaes se aviaram 517 receitas.

E no dia 25:

	Nacionaes	Est.	Total
Existiam	774	509	1.283
Entraram	25	17	42
Sahiram	16	11	30
Falleceram	5	1	6
Existem	778	511	1.289

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 419 consultantes, para os quaes se aviaram 572 receitas.

E no dia 26:

	Nacionaes	Est.	Total
Existiam	778	511	1.289
Entraram	20	31	51
Sahiram	26	18	44
Falleceram	5	2	7
Existem	767	522	1.289

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 455 consultantes, para os quaes se aviaram 581 receitas. Fizeram-se 23 extracções de dentes.

Obituário—Sepultaram-se no dia 24 do corrente as seguintes pessoas, fallecidas de:

Atheromasia generalisada—o portuguez José Joaquim Ferreira, 71 annos, viuvo, residente e fallecido á rua de S. Christovão n. 167.

Bronchite catharral—o fluminense Carlos, filho de Carlos Dantas Amorim, 23 dias, residente a fallecido no Boulevard de Villa Isabel n. 4.

Bronchite capillar—o fluminense Ovidio, filho de Martinha Antonia, 15 mezes, residente e fallecido á rua do Conde d'Eu n. 289; Antonio, filho de Holyeck Placido, 7 mezes, residente e fallecido á rua do Castello n. 15. Total, 2.

Beriberi—o bahiano Marcelino Rodrigues de Macedo, 23 annos, solteiro, fallecido na enfermaria de marinha de Copacabana; o cearense Avelino Fernandes de Macedo, 27 annos, solteiro, fallecido na mesma enfermaria. Total, 2.

Cancer colloide do figado—o fluminense Antonio Márques Correia Vidal, 58 annos, casado, residente e fallecido á rua de João Alvares n. 13.

Catarrho suffocante—o fluminense Manoel, filho de Maria Pacheco, 9 mezes, residente e fallecido á rua de Santo Christ n. 20; Liberalina, filho de Pedro Augusto Fontes Castello, 16 dias, residente e fallecida á rua do Senador Pompeo n. 214. Total, 2.

Cholera infantil—a fluminense Benvenida, filha de José Antonio, 9 mezes e 7 dias, residente e fallecida na Quinta da Boa Vista.

Congestão cerebral—o portuguez Francisco Lourenço Homem, 63 annos, casado, residente e fallecido á rua de S. Januario n. 67.

Convulsões—a fluminense Clara, filha de Josepha de Souza Barros, 7 dias, residente e fallecida á rua da Alegria n. 31.

Contusão medular, ferida incisa do couro cabelludo na região frontal—o brasileiro Leocadio Aniceto do Espirito Santo, 25 annos, solteiro, residente á rua do Livramento e fallecido na Santa Casa.

Endocardite—o fluminense Jeronymo João de Deus, 28 annos, solteiro, residente á rua do General Camara n. 283.

Eclampsia—a fluminense Joanna, filha de Francisco de Rezende, 1 anno, residente e fallecida á ladeira do Seminario n. 48.

Febre pernicioso—o fluminense Fernandino, filho de Antonio Soares da Rocha, 6 1/2 annos, residente e fallecido á rua do Visconde

de Itaitina n. 303 A e Anna Maria Tavares Leite, 84 annos, viuva, residente e fallecida á rua de José Bernardino n. 16. Total, 2.

Hemorrhagia cerebral—o portuguez Joaquim de Souza Lemos, 72 annos, solteiro, residente e fallecido á travessa do Commercio n. 1.

Ictericia grave—a fluminense Francisca, filha de Manoel Machado Martins, 12 dias, residente e fallecida á rua do Senador Alencar n. 38.

Insufficiencia mitral—o mineiro Silvino Celestino de Assis, 50 annos, solteiro, residente á rua de S. Christovão n. 183 e fallecido no Hospicio da Saude.

Inanção post variolam—o maranhense Ezequiel Joaquim Severino, 16 annos, solteiro, residente a bordo do patacho *Aprendiz Marinheiro* e fallecido no Hospital de Santa Barbara.

Lesão organica do coração—o portuguez Manoel Coelho Borges, 44 annos, casado, residente á ladeira do Escorrega n. 12 e fallecido na Santa Casa.

Marasmo senil—Joaquim de Araujo Lima, 80 annos, residente á rua do Bomjardim n. 6 e fallecido na Santa Casa.

Marasmo—o fluminense Francisco Souto, 50 annos, residente na freguezia da Guia e fallecido na Santa Casa.

Pneumonia—o fluminense Ercilio, filho de Gonzalo Villaça, 2 mezes e 7 dias, residente e fallecido á rua major Fonseca n. 9 A.

Pgoemia—o alagoano Francisco Rodrigues de Mello, 22 annos, residente e fallecido no Hospital Militar do Andarahy.

Phinatosse pulmonar—o cearense Paulino Roberto das Neves Galvão, 26 annos, solteiro fallecido no Hospital Militar do Castello.

Sem declaração de molestia—o bahiano Ricardo da Silva Miranda, 46 annos, viuvo, residente á rua Marquez de Abrantes n. 18; o portuguez Luiz da Motta Chaves, 51 annos, casado, residente em Cascadura e fallecido na Santa Casa. Total, 2.

Tysica e hystoria—a fluminense Thereza Francisca das Neves, 30 annos, residente e fallecida á rua Sant'Anna n. 25 (Quinta da Boa Vista).

Tysica pulmonar—o portuguez José Alves Matheus Ribeiro, 51 annos, solteiro, residente e fallecido á rua de S. Francisco Xavier n. 59 A.

Tuberculosis pulmonar—os fluminenses Augusto Pereira de Mattos, 20 annos, solteiro, fallecido no Hospital Militar; José Joaquim da Silva, 21 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Conde d'Eu n. 322; Maria da Conceição Gonçalves, 17 annos, solteira, residente e fallecida á rua de Payсандu n. 50; Deolinda Maria da Costa, 51 annos, viuva, residente e fallecida á rua Guanabara n. 35; a mineira Rachel de Oliveira, 35 annos, casada, residente e fallecida á rua do Barão de Capanema n. 153; o rio-grandense do sul João Francisco, 24 annos, solteiro, residente á rua Formosa n. 47 e fallecido no Hospicio da Saude; e a fluminense Francisca Maria da Conceição, 15 annos, solteira, residente no largo da Lapa e fallecida na Santa Casa. Total, 7.

Ulceração intestinal—o brasileiro Manoel Franco Vianna, 64 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Humaytã n. 49.

Variola confluyente—o piauhense Galdino Nunes de Souza, 20 annos, solteiro, fallecido no Hospital de Santa Barbara.

Fetos: um do sexo feminino, filho de Maria Theodora de Souza, residente á rua Sete de Setembro n. 93; um dito idem, filho de Domingos Augusto Cesar, residente á rua Senador Pompeo n. 122; um dito idem, filho de Francisco José da Silva, residente á praia Formosa n. 6.

No numero dos 43 sepultados estão incluídos 15 indigentes cujos enterros foram gratuitos.

N.B. Sepultou-se no dia 23 no cemiterio de S. Francisco de Paula, fallecido de gangrena na perna esquerda septicemia, o brasileiro Paulo Jorge de Salles, 50 annos, solteiro residente no hospital da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula.

EDITAES E AVISOS

Hospicio Nacional

Autorizado pelo cidadão Dr. director geral da assistencia medico-legal de alienados, faço publico que no Hospicio Nacional se recebem propostas, até ao dia 5 do mez de setembro proximo futuro, para o arrendamento do caes e do guindaste em frente ao mesmo hospicio. Aos concorrentes serão prestadas todas as informações de que precisarem.

Hospicio Nacional, 28 de agosto de 1890.—O administrador, *Vasco de Alencastro Lima*.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda

De ordem do Sr. Ministro da Fazenda, faço publico que fica prorogado, até 15 do corrente mez, o prazo marcado para o recebimento das reclamações relativas ao projecto da nova tarifa das alfandegas.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, 1 de setembro de 1890.—O official-maior, *Verissimo Julio de Moraes*.

Regimento Policial da Capital Federal

CORPO DE CAVALLARIA

Não tendo sido vendidos em leilão, effectuado no dia 31 do mez findo, todos os cavallos annunciados pertencentes ao regimento, no dia 6 do corrente, sabbado, ás 3 horas da tarde, far-se-ha novo leilão no quartel de Estacio de Sá.

Quartel em Barbonos, 2 de setembro de 1890.—*Leonidio José Gonçalves*, alferes agente.

Alfandega do Rio de Janeiro

Edital de praça n. 5

Pela Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro se faz publico, que no armazem do consumo no dia de ao meio-dia, se hão de arrematar, livres de direitos, as mercadorias seguintes:

Marca JSM: 1 caixa contendo 1.200 grammas de tinturas medicinaes; 60 ditas de atropina; 13 kilos de globulos medicinaes; vindo de Liverpool no vapor *Tycho Brahe*, entrado em 8 de dezembro de 1889.

Marca AGC—40178: 25 caixas contendo 25 duzias de garrafas com cognac, medindo 137 litros, vindas do Havre no vapor *Ville de Rosario*, entrado em 20 de dezembro de 1889.

A mesma marca—40177: 24 caixas com 24 duzias de garrafas com cognac, medindo liquido 127 litros. Idem, idem.

A mesma marca—40178B: 2 caixas contendo 12 kilos de elixir medicinal. Idem, idem.

A mesma marca: 2 caixas contendo 24 garrafas com rum, medindo 5 litros. Idem, idem.

Letreiro Au Ridgley & Comp.: 22 caixas contendo 989 pares de patins e 993 kilos de rodas de madeira, vindas de Nova York nos vapores *Finance* e *Advance*, entrados em abril e maio de 1889.

Marca EM: 26 caixas contendo 226 litros de bebidas alcoolicas, 6.038 kilos de bitter e 8 litros de licores communs, vindas de Hamburgo no vapor *Campinas*, entrado em 4 de outubro de 1889.

Marca VD: 1 caixa n. 1 contendo brinquedos de papel, pesando liquido 68 kilos, vinda de Marselha no vapor *Bourgogne*, entrado em 11 de outubro de 1889.

Marca FMC—R: 1 barrica n. 2.113, contendo pós para matar insectos, pesando 175, kilos, vinda de Hamburgo, no vapor *Celia*, entrado em 31 de outubro de 1889.

Marca GJ&C: 1 lata n. 80 contendo para-fusos galvanizados até 10 milímetros, pesando 44 kilos, vinda de Londres no vapor *Eliston*, em 19 de julho de 1887.

Marca P: 1 engradado n. 246 contendo portas para armário, pesando 240 kilos, vindo de Liverpool no vapor *Teniers*, entrado em 9 de agosto de 1888.

Marca RC: 1 caixa contendo duas estatuas de madeira, (phantasia) no valor de 100\$, vinda de Genova no vapor *Brasil*, em 4 de novembro de 1889.

Marca GG: 1 caixa contendo roupa usada no valor de 5\$ da mesma procedencia navio e descarga.

Marca NP: 31 caixas contendo 355 garrafas com vinho secco, medindo liquido 325 litros, vindas da mesma procedencia navio e descarga.

Alfandega do Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1890.—Pelo inspector, *F. P. de Carvalho Araujo*.

Escola Naval

Concurso para provimento da vaga de adjunto na secção de mathematicas do curso preparatorio

Nos termos do art. 8º do programma respectivo e do aviso do Ministerio da Marinha, de 23 do corrente, abre-se nesta data, encerrando-se a 1 de dezembro proximo, inscripção para concurso, afim de preencher-se o lugar de adjunto na secção de mathematicas do curso preparatorio.

E para conhecimento dos interessados publicam-se as seguintes disposições do programma:

Art. 11. A inscripção poderá ser feita pessoalmente, ou por procuração, ou por officio dirigido ao director; nestes ultimos dous casos, si o concorrente na occasião achar-se a mais de 20 leguas de distancia da escola ou tiver legitimo impedimento.

Art. 16. Para a vaga ao lugar de adjunto do curso preparatorio poderão concorrer os officiaes da armada, e na falta destes quaesquer outros individuos.

Art. 22. Si o concorrente não for official da armada deverá provar: ser cidadão brasileiro, ter mais de 21 annos de idade, si não for titulado exhibir folha corrida no logar da naturalidade ou no da residencia, durante os ultimos seis mezes e apresentar prova, por certidão de approvações plenas nas materias em concurso.

Art. 23. Si o concorrente for official da armada deverá provar ter approvação plena nas materias em concurso.

Art. 39. As provas consistirão em

Prova escripta.

Prova oral.

Prova pratica.

O que faço publico de ordem do Sr. conselheiro contra-almirante Manoel Carneiro da Rocha, director desta escola.

Escola Naval, 31 de agosto de 1890.—Pelo secretario, *Joaquim da Rocha Carvalho*.

Intendencia da Guerra

O conselho de compras desta repartição recebe propostas no dia 5 de setembro, até ás 11 horas da manhã, para a compra dos artigos abaixo especificados, a saber:

56715^m, 50 de algodão-morim para camisas, tendo 0^m,71 de largura pelo menos.

49375^m, 30 de algodão branco liso encorpado para ceroulas, tendo 0^m,71 de largura pelo menos.

12436^m, 70 de algodão branco liso para bolsos.

94756 metros de brim escuro regular trançado para fardamento.

33771 ditos de brim branco liso para calças.

170 ditos de brim branco, trançado, para calças de inferiores.

15730^m, 50 de metim liso de cores para forros.

2142 metros de anagem estreita para entretela.

1039^m, 50 de ganga encarnada para vivos.

4118 metros de baeta azul ferrete para camisolas.

1083 ditos de baeta encarnada para forros de ponches.

40^m, 80 de panno azul fino para calças de inferiores.

1151^m, 272 de panno encarnado fino para vistas.

138^m, 45 de panno carmezim fino para vistas.

50 ditos de casmira escarlate.

2011 lenços de algodão de cores.

8976 pares de meias de algodão branco, sem costuras, sendo 473 pares de ns. 7 a 8 1/2 e 8.503 de ns. 9 a 10.

500 pares de luvas brancas de algodão de diversos tamanhos.

Para alumnos da escola militar

742^m, 40 de brim branco fino de linho trançado, para calças.

1668 ditos de brim escuro fino trançado de espinha.

220 ditos de morim para bolsos e calças.

440 de flanela azul ferrete encorpada para calças e dolmans.

21 ditos de velludo azul ferrete para vistas de dolmans.

194 pares de cothurnos de bezerro francez iguaes ao typo, para os alumnos.

102 enxergões ou suadouros de lã, iguaes ao typo.

57 armações de madeira para montaria de officiaes, iguaes ao typo.

80 armações de madeira para montaria de praças de pret, iguaes ao typo.

200 freios de ferro batido para montaria de praças de cavallaria, com emblema de metal amarello, iguaes ao typo.

1675 camas de ferro com 1^m,80 de comprimento e 0^m,66 de largura, iguaes ao typo.

50 colchões cheios de capim, com capas de algodão riscado e trançado, tendo 1^m,85 de comprimento, 0^m,90 de largura e 0^m,13 de altura.

50 traveseiros com o mesmo enchimento e capas de igual fazenda dos colchões, com 0^m,90 de comprimento e 0^m,22 de diametro.

Todos os artigos serão fornecidos de prompto, á excepção dos cothurnos, armações para sellins, freios, camas, colchões e traveseiros, que serão entregues no menor prazo possivel.

Os proponentes, sob pena de não serem tomadas em consideração as suas propostas, devem apresentar amostras dos artigos que pretendem fornecer, para os quaes não existem typos, deixando tambem de ser consideradas as propostas que não forem feitas de accordo com o art.64 do regulamento em vigor, escriptas com tinta preta, em duplicata, com referencia a um só artigo, o numero e marca das amostras, e, finalmente, declaração de sujeitar-se o proponente á multa de 5% no caso de recusar-se assignar o respectivo contracto.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1890.—Pelo secretario, o 1º official *A. B. da Costa Aguiar*.

Repartição Geral de Obras Militares

Obras no quartel do 1º batalhão de infantaria

De ordem do Sr. general director, faço publico que, á 1 hora da tarde do dia 6 do corrente, recebem-se propostas, na Repartição Geral de Obras Militares, para a construcção de soalhos nas companhias, reservas e estado maior do 1º batalhão de infantaria.

Cada licitante apresentará sua proposta em duplicata e assignada por flador idoneo.

Na mesma repartição prestam-se aos interessados as informações necessarias.

Secretaria da Repartição Geral de Obras Militares, 1 de setembro de 1890.—*Gustavo Alvaro da Costa*, capitão, secretario intorino.

Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil.

EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS

Terça-feira, 2 de setembro corrente, serão chamados no Externato do Instituto Nacional de Instrução Secundaria, á rua Larga de São Joaquim, os examinandos seguintes:

Philosophia (ás 10 1/2 horas)—Alipio de Noronha Gomes da Silva, Ernesto Guedes Alcororado, Manoel Antonio Gandra, Azarias de Andrade Queiroz Botelho, Antero de Andrade

Botelho, Renato Pegado, Eurico Ernesto de Lemos e Henrique Augusto de Andrade.

Turma supplementar—Alvaro de Avellar Calvet, José Mario de Ascenção, Ernesto Candido da Fonseca Portella, Antonio Moutinho Doria, Mario Barbosa Carneiro, Julio Cesar Ribeiro de Rezende, Mirio de Franca Miranda e Alfredo Hygino de Araujo.

Geometria (ás 11 1/2 horas)—Feliciano de Souza Pereira, Ernesto Guaraciaba de Senna, Carlos Kropf, Deodato Ludovico Alves Carneiro, Julio Alberto Meinicke, Luiz Philippe de Sampaio Vianna, Antonio Carlos Simoens da Silva e Julio Cesar da Costa Marques.

Turma supplementar—Fernando Manoel Nunes, Francisco Carvalho de Senna Valle, Antonio Lima dos Reis, Sebastião Marques das Neves, Alberto Eduardo Baker, José de Souza Medina Junior, Heitor de Mello e José de Miranda Valverde.

Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 1 de setembro de 1890.—O secretario, *Manoel Maria Nogueira Serra*.

Editaes

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 5 de setembro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Manoel Cardoso de Paiva, o predio da rua do Riachuelo n. 2, mede de frente 1^m,20 e de fundos 7^m,30 tem na frente uma porta (rotula) sómente; sua construcção na frente, lados e fundos é de pedra e cal e dividido em loja, sala, quarto e pequena cozinha. Na área que é um como latino muito pequeno tem uma estreita escada que vai ao sotão e neste tem uma saleta, um quarto e pequeno terraço de ladrilho. É assoalhado e forrado, a portada de entrada é de cantaria. Está muito estragado e precisa obras. Avaliado em 600\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervalo de 8 dias e com o abatimento de 10%; si nesta ainda não encontrar lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervalo e novo abatimento de 10% e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offercido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na forma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar, deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E, para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa, e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 27 de agosto de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrovi.—*José Joaquim Ferreira da Costa Braga*.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias virem que, no dia 5 de setembro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e entregará a quem mais der e maior lance offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Antonio José de Souza e Almeida, o terreno e predio do becco do Imperio n. 5. Mede de frente 5^m,80 e de fundos 15^m,30, tem

na frente porta e janella; construcção de pedra e cal e divisões de tijolo, é forrado e assoalhado, dividido em duas salas, dous quartos, despensa e cozinha e no sótão tem dous commodos forrados e assoalhados, as portadas da frente são de cantaria, quintal murado de pedra e cal; está todo o predio muito estragado. Avaliado em 2:000\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça, com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 % e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 27 de agosto de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 5 de setembro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Joaquim Antonio Guimarães Penha, o predio da ladeira do Senado n. 26, mede de frente 4^m,40 e de fundos 9^m,40, tem na frente janella e porta, (rotula); construcção, parte de pedra e cal e parte de tijolo; assim também suas divisões. Forrada e assoalhada, e dividida em duas salas pequenas e dous quartos, despensa e cozinha. Tem bom quintal todo murado dos lados e nos fundos. Está muito estragado. Avaliado em 1:000\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de 8 dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 % e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E, para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, aos 27 de agosto de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.— José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 5 de setembro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e

entregará a quem mais dêr e maior lanço offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Francisca Isabel Rodrigues da Costa, o predio do becco do Moura, mede de frente e de fundos 12^m,20; construcção muito antiga, paredes de pedra e cal, divisões de tijolo, tem na frente das lojas duas portas e uma janella ao centro, sendo que uma das portas dá entrada para o sobrado e nos dous sobrados tem em cada um tres janellas de peitoril, portadas de madeira e as da loja de cantaria, a loja dividida em duas salas, dous quartos e tem uma pequena área, nos sobrados tem em cada um duas pequenas salas e dous pequenos quartos e cozinha, é todo forrado e assoalhado, está muito estragado e precisa de obras. Avaliado em 3:000\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 % e, neste caso, será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, capitulo 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885 de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 27 de agosto de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 5 de setembro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra José Ferreira de Mattos, o terreno e predio da rua Diogo Feijó n. 209. Mede de frente 4^m,20 e de fundos 20 metros; a construcção é de pedra e cal e divisões de tijolo, é de porta e janella, portadas de cantaria, dividido em duas salas, dous quartos, e cozinha, assoalhado e forrado menos a cozinha, tendo um pequeno quintal murado, entre a sala de jantar e a saleta tem uma pequena área para a qual deita a sala de jantar uma janella; construcção antiga e em pessimo estado. E' avaliado em 1:500\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer, no dia acima designado, ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume, pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 27 de agosto de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, escrivão, o subscrevi.— José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

De praça

O Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Braga, juiz substituto dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, etc.

Faz saber a quantos o presente edital, com o prazo de nove dias, virem que, no dia 5 de setembro de 1890, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação e entregará a quem mais dêr e maior lanço offerecer, na execução que a Fazenda Nacional move contra Constança Cabral de Menezes, o predio da rua General Camara n. 192. Mede de frente 3^m,20 e de fundos 22^m,60, tem na frente duas rotulas, portadas de madeira, todo forrado e assoalhado; a construcção é de pedra e cal, divisões de tijolo, dividido em duas salas, dous quartos, cozinha e tem uma pequena área. O quintal é todo murado, construcção muito antiga e em pessimo estado. E' avaliado em 1:000\$000.

E, não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltará o immovel á praça com o intervallo de oito dias e com o abatimento de 10 %; si nesta ainda não encontrar lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irá á terceira praça, com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %, e neste caso será arrematado pelo maior preço que for offerecido, sem que, em hypothese alguma, seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie, tudo na fórma do art. 19, cap. 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 9885, de 29 de fevereiro de 1888. E, quem no mesmo quizer lançar deverá comparecer á praça deste juizo, que ha de fazer no dia acima designado ás portas da Relação. E para que chegue ao conhecimento e noticia de todos, o presente edital será publicado pela imprensa e affixado nos logares do costume pelo porteiro dos auditorios, que deverá lavrar a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil aos 27 de agosto de 1890. E eu, Iclirerico Narbal Pamplona, o subscrevi.—José Joaquim Ferreira da Costa Braga.

Inspectoria Geral de Hygiene

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169 de 18 de janeiro do corrente anno, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico pelo prazo de oito dias, que o cidadão Edmundo Torres, lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Diz Edmundo Torres que, não havendo nesta cidade nenhum estabelecimento pharmaceutico dirigido por profissional diplomado e sendo de interesse para esta localidade a criação de um estabelecimento daquella natureza, para cuja direcção se acha o supplicante sufficientemente habilitado, como tudo prova com os documentos juntos, vem requerer-vos digneis conceder-lhe a competente licença para abrir nesta cidade uma pharmacia. Nestas circunstancias e tendo o supplicante provado os requisitos do art. 65 e seus paragraphos do regulamento de Hygiene, pedo deferimento.—E. R. M.—D. Pedrito, 28 de abril de 1890.—Edmundo Torres.» Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo annuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar, ou á Inspectoria de Hygiene do estado do Rio Grande do Sul, a resolução de estabelecer pharmacia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 23 de agosto de 1890.—Dr. Pedro Affonso de Carvalho, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169, de 18 de janeiro de 1890, a Inspectoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Virgilio Oliveira Albuquerque lhe dirigiu a seguinte petição, com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Virgilio Oliveira Albuquerque, cidadão brasileiro, residente em Porto Alegre, estado

do Rio Grande do Sul, desejando abrir phar-macia na villa de S. Martinho, no mesmo estado, e tendo a apresentar os documentos annexos, de accordo com as exigencias do art. 67 do regulamento sanitario a que se refere o decreto n. 169 de 18 de janeiro do corrente anno, pede que vos dignéis conceder-lhe a necessaria licença. Nestes termos pede deferimento. — Porto Alegre, 4 de junho de 1890. — *Virgilio Oliveira Albuquerque.* — Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si 30 dias depois do ultimo anuncio nenhum pharmaceutico formado lhe communicar, ou a Inspectoria de Hygiene do estado do Rio Grande do Sul, a resolução de estabelecer phar-macia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 19 de agosto de 1890. — Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

Em virtude do que dispõe o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 169, de 18 de janeiro do corrente anno, a Inspe-ctoria Geral de Hygiene faz publico, pelo prazo de oito dias, que o cidadão Felinto Elyσιο Pires Ferreira lhe dirigiu a seguinte petição com documentos que satisfazem as exigencias do art. 67 do citado regulamento:

« Felinto Elyσιο Pires Ferreira, desejando abrir ao publico uma phar-macia na cidade de Bananeiras deste estado, onde não ha estabelecimento algum desse genero, como attesta o respectivo conselho da Intendencia Municipal, e achando-se habilitado a exercer praticamente a profissão de pharmaceutico, como prova com o documento junto, requer que nos termos do art. 67 do regulamento annexo ao decreto n. 169 de 18 de janeiro deste anno, vos dignéis conceder-lhe licença para esse fim. O supplicante allega mais que acha-se a localidade onde pretende estabelecer-se, a oito leguas de distancia da cidade de Areia e 23 a esta capital, onde existem phar-macias providas. Nestes termos pede deferimento. Estado da Parahyba do Norte, 14 de maio de 1890. — *Felinto Elyσιο Pires Ferreira.* » Sobre uma estampilha de duzentos réis.

E declara que, si nesse prazo nenhum phar-maceutico formado lhe communicar, ou a Inspe-ctoria de Hygiene do estado da Parahyba do Norte, a resolução de estabelecer phar-macia na citada localidade, concederá ao pratico a licença requerida.

Inspectoria Geral de Hygiene, 2 de junho de 1890. — Dr. *Pedro Affonso de Carvalho*, secretario.

COMMERCIO

Rio, 1 de setembro de 1890

Cambio

O mercado abriu hoje firme, affixando todos os bancos a taxa de 22 d. sobre Londres, e foi esta a taxa official do dia.

As tabellás no Banco Nacional, Sul-Americano, English Bank, Commercial, Franco-Brazileiro, London Bank, Industrial, do Commercio e Alemão foram as seguintes:

Londres, por 1\$.....	22 d., a 90 d/v.
Pariz, por franco....	435 a 433 rs., a 90 d/v.
Hamburgo, por marco	537 e 536 rs., a 90 d/v.
Italia, por lira.....	428 a 435 rs., a 3 d/v.
Portugal.....	246 e 245 %, a 3 d/v.
Nova-York, por dol-lar.....	2\$300 a 2\$270 á vista.

O movimento do dia foi pequeno, sobre Lon-dres, de 22 a 22 1/8 d., bancario; de 22 1/8 a 22 1/4 d., dito de segunda mão; e de 22 1/4 a 22 3/8 d., papel particular; fechando o mercado com falta deste ultimo.

Fundos publicos

MOVIMENTO DA BOLSA

Apolices

2 apolices geraes de 1:000\$.....	978\$000
3 ditas idem.....	978\$000
3 ditas idem.....	978\$000
10 ditas idem.....	978\$000

Accões de bancos e companhias

160 accões do Banco União do Credito	61\$000
20 ditas idem.....	65\$000
50 ditas idem.....	65\$000
1200 ditas idem.....	65\$000
136 ditas idem.....	65\$000
180 ditas do Nacional.....	96\$500
156 ditas idem.....	96\$500
100 ditas Sul Americano.....	93\$000
120 ditas do Francó Brazileiro.....	45\$000
50 ditas idem.....	45\$000
100 ditas idem.....	45\$000
100 ditas idem.....	45\$000
200 ditas idem.....	45\$000
20 ditas Ibero Americano.....	45\$000
300 ditas do Brazil.....	149\$000
230 ditas idem.....	148\$000
50 ditas do Commercio.....	61\$000
10 ditas Mercantil dos Varegistas.....	212\$000
50 ditas Constructor.....	155\$000
100 ditas idem.....	155\$000
50 ditas idem.....	155\$000
120 ditas idem.....	155\$000
200 ditas Estados Unidos do Brazil.....	135\$000
100 ditas idem.....	131\$000
100 ditas idem.....	131\$000
100 ditas idem.....	130\$000
150 ditas idem.....	130\$000
100 ditas idem.....	130\$000
300 ditas idem.....	130\$000
100 ditas idem.....	130\$000
200 ditas idem.....	130\$000
100 ditas idem.....	130\$000
500 ditas idem.....	130\$000
1200 ditas idem.....	129\$000
100 ditas idem.....	129\$000
100 ditas Comp. Muzambinho.....	129\$000
100 ditas O. Publicas Paulista, agio	22\$000
1050 m/m ditas Evoneas.....	52\$000
100 ditas idem.....	52\$000
200 ditas idem.....	52\$000
800 ditas idem.....	52\$000
100 ditas idem.....	52\$000
120 ditas idem.....	52\$000
200 ditas idem.....	52\$000
50 ditas idem.....	52\$500
600 ditas idem.....	53\$000
200 ditas idem.....	53\$000
200 ditas idem.....	53\$000
550 ditas idem.....	53\$000
200 ditas idem.....	53\$000
550 ditas idem.....	53\$000
100 ditas idem.....	53\$000
50 ditas idem.....	53\$000
50 ditas idem.....	53\$000
100 ditas Viação Central.....	83\$000
110 ditas idem.....	83\$000
100 ditas idem.....	88\$000
131 ditas Sapucahy para outubro.....	93\$000
2000 ditas idem.....	100\$000
2003 ditas idem.....	100\$000
500 ditas idem para 31.....	100\$000
200 ditas idem, a dinheiro.....	92\$000
340 ditas idem.....	92\$000
100 ditas idem.....	92\$000
100 ditas idem.....	92\$000
50 ditas Sorocabana.....	118\$000
50 ditas idem.....	118\$000
200 ditas Leopoldina.....	77\$500
300 ditas idem.....	78\$000
500 ditas idem.....	78\$000
500 ditas idem.....	78\$000
500 ditas idem.....	78\$500
500 ditas idem, para 31.....	82\$000

Debentures

40 Debs. Leopoldina.....	190\$000

Letras hypothecarias

113 Letras do Banco Prédial.....	87\$500
113 ditas idem.....	87\$500
78 ditas idem.....	87\$500

COTAÇÕES OFFICIAES

Apolices

Apolices geraes de 1:000\$.....	978\$000
Ditas idem.....	979\$000

Accões de bancos e companhias

Banco União do Credito.....	61\$000
Dito idem.....	65\$000
Dito Nacional.....	96\$500
Dito Sul Americano.....	93\$000
Dito Ibero Americano.....	25\$000
Dito Franco Brazileiro.....	45\$000
Dito do Brazil.....	149\$000
Dito idem.....	148\$000
Dito do Commercio.....	61\$000
Dito Mercantil dos Varegistas.....	212\$000
Dito Constructor.....	155\$000
Dito idem.....	155\$000
Dito Estados Unidos do Brazil.....	135\$000
Dito idem.....	131\$000
Dito idem.....	130\$000
Dito idem.....	129\$000

Comp. Evoneas.....	52\$000
Dita idem.....	52\$500
Dita idem.....	53\$000
Dita Obras Publicas Paulista, agio..	23\$000
Dita Viação Central.....	83\$000
Dita Sapucahy.....	92\$000
Dita idem, para outubro.....	98\$000
Dita idem.....	103\$000
Dito idem para 31.....	100\$000
Dita idem, a dinheiro.....	92\$000
Dita Sorocabana.....	118\$000
Dita Leopoldina.....	77\$500
Dita idem.....	78\$000
Dita idem.....	78\$500
Dita idem para 31.....	82\$000

Debentures

Comp. Leopoldina.....	190\$000

Letras hypothecarias

Banco Prédial.....	87\$500

J. J. Fernandes, presidente. — *Pompeo Pereira Pa'ha*, secretario.

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Rendimento do dia 1 de setembro de 1890.....	183.377\$70

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 de setembro de 1890.....	31.016\$93

RECEBEDORIA NO CAES DO PHAROUX

Rendimento do dia 1 de setembro de 1890.....	4.745\$13

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 31 de agosto de 1890 foram:

	Desde 1 do mez
Aguardente.....	561 pi'as
Arroz.....	178 kilogs.
Assucar.....	33.910 293.830
Algodão.....	1.535 88.493
Café.....	256.998 8.477.429
Carvão vegetal.....	54.757 1.100.108
Couros seccos e sal-gados.....	1.126 286.474
Farinha de mandioca.....	639
Feijão.....	30.563
Fumo.....	12.229 363.208
Madeiras.....	224.753
Milho.....	221.205
Polvilho.....	1.080 16.217
Queijos.....	13.647 161.217
Tapioca.....	36.722
Toucinho.....	4.557 118.654
Diversas.....	81.772 1.718.783

CAFÉ

Telegramma expedido pela Associação Com-mercial para Nova York, em 1 de setembro de 1890, de manhã:

Existencia total.....	Saccas 168.000
Entradas nos dias 30 e 31 de agosto.....	12.000
Idem em Santos.....	14.000
Estado do mercado: firme.	
Frete por vapor.....	20 c. e 5 %.
Preços:	
1ª regular 8\$700 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 19 5/8 por libra.	
2ª boa 7\$700 por 10 kilos, despezas e frete por vapor 18 9/16 por libra.	

Movimento do porto

Sahidas

Neva-Castle — gal. ing. <i>Tobique</i> , 141 tons., m. A. Larsen, eq. 21, c. em lastro de pedra.
Taltal (Chile)—gal. ing. <i>Xaddan Hall</i> , 1.416 tons., m. Frank Andrews, eq. 23, c. em lastro de pedra; passags. a mulher e cunhada do mestre.
Itajahy—brig. <i>Adete</i> , 174 tons., m. Lourenço Joaquim Pinto, eq. 8, c. varios generos.
Ilha Grande—reb. <i>Echo</i> , m. Daniel Augusto de Mesquita, conduz um saveiro a reboque.
Porto Alegre e escalas — paq. <i>Rio Paraná</i> , comm. 1º tenente Affonso de Vasconcellos, passags: Gumersando Mares e sua mulher, Cyro Velloso, Domingos Arôca, Venancio Fernandes Marques e sua mulher, Emilio Blum, Eulino Ribeiro Francisco Souza Mins,

Francisco Ferreira Cardoso e sua familia, José Antonio Ferreira Souto e tres irmãs, Carlos Peckolt, D. Maria Antonieta Braga Cerqueira, Dr. James H. Warice, José Machado Esteves, Dr. João Evangelista Castro Cerqueira, Christovão Nunes Pires, sua mulher e dous filhos, alferes Praxedes A. Araujo e Silva, capitão-tenente Candido dos Santos Lara, Engracio Godinho Valdez, Emilio Antran, capitão Carlos Augusto P. Paoca, Bernardino Gonçalves, Sebastião Gonçalves de Andrade, quatro praças do exercito; os allem. Emm R. Helnerdurger, Jacob Bard, Augusto Landgraf; o suisso A. Fabre; a portug. Adelaide da Conceição Mangini, mais 28 de 3ª classe, e 103 imigrantes.

Santos — vap. ing *Swedish Prince*, 1.063 tons. m. J. Harrison, eq. 18, c. v. generos.

Entradas

Santos e escalas — 3 ds., (8 hs. do ultimo), paq. nac. *Araruaia*, comm. Manoel J. Lourenço, passags.: José Americo da Rosa, Justiniano Seabra, Maximiano Rodrigues; os hespanhoses Frio José, Debesso Antonio, Liarara Friena, Liarara Bertram.

Pernambuco pela Bahia — 9 ds. (4 ds. do ultimo), cruzador *Liberdade*, comm. capitão-tenente Francisco Marques Pereira e Souza.

Laguna — 5 ds., pat. *Campones*, 124 tons., m. José Antonio de Antraz, eq. 9, c. v. g. a Queiroz Moreira & Comp.

— 5 ds., sum. *Amparo*, 143 tons., m. João Paulo Cordeiro, eq. 8, c. v. g. a Pinheiro Bastos & Comp.

— 5 ds., pat. *Santo Antonio*, 135 tons., m. Pedro A. Oliveira, eq. 9, c. v. g. a Domingos de Souza Guedes.

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Praça da Gloria

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA EM 16 DE AGOSTO DE 1890

A 1 1/2 hora depois do meio-dia de 16 de agosto de 1890, presentes na casa n. 15 da rua dos Benedictinos, para onde fôra convocada a assembléa geral extraordinaria, os Srs. accionistas abaixo assignados, representando 2.189 acções com 63 votos, o Sr. Dr. Francisco da Silva Cunha, presidente da companhia declara aberta a sessão e convida para secretario o Sr. Dr. João Baptista de Castro, chefe da firma Cornelio & Comp. e accionista da companhia, que aceita e occupa o logar.

O Sr. presidente declara que o fim da presente sessão é, de accordo com os annuncios publicados e os avisos remettidos a todos os Srs. accionistas, tomar conhecimento da seguinte proposta que passa ás mãos do Sr. secretario para proceder á leitura da mesma proposta:

«Srs. directores da Companhia Praça da Gloria — Os abaixo assignados propõem-se a comprar pela quantia de 250:000\$, (duzentos e cinquenta contos de réis) á vista o edificio que possui a companhia na praça denominada da Gloria, com as suas dependencias inclusive os terrenos de marinhãs e accrescidos. Pedem, pois, que para esse fim vos digneis de convocar a assembléa geral dos Srs. accionistas na forma da lei.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1890. — *Martinho Prado Junior*. — A. A. Monteiro de Barros.»

Em seguida o Sr. presidente dá o parecer do conselho fiscal concernente a proposta, affirm de ser igualmente lido pelo Sr. secretario e que é concebido nos seguintes termos:

«Os abaixo assignados, membros do conselho fiscal da Companhia Praça da Gloria, tendo tomado conhecimento da proposta firmada pelos Srs. Dr. Martinho da Silva Prado, Junior e Antonio Augusto Monteiro de Barros com o intuito de comprarem os haveres da companhia, consistentes em edificios, ma-

rinhas e terrenos accrescidos, de accordo com as concessões pertencentes á mesma companhia, são de parecer que pela somma de 250:000\$, proposta, sejam alienados os ditos bens.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1890. — *Francisco Joaquim de Castro*. — *Cornelio & Comp.* — *Manoel Joaquim Vieira de Carvalho*.»

O Sr. presidente, depois de ler o art. 17, § 6º, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, submete á discussão a proposta e o parecer, depois de algumas ponderações no sentido de assegurar todas as vantagens á companhia, feitas pelos Srs. Narciso L. Martins Ribeiro, commendador José Gonçalves Pereira, Antonio Francisco Goulart, commendador Francisco Joaquim de Castro, Bernardino Ferreira da Costa e Souza e Dr. Ignacio Francisco Goulart, mandou este á mesa a seguinte proposta:

«Proponho que seja autorizada a directoria da Companhia Praça da Gloria a aceitar a proposta dos Srs. Dr. Martinho Prado Junior e commendador A. Augusto Monteiro de Barros, ou quem melhores vantagens offerecer, para a venda dos edificios, terrenos e marinhãs da mesma companhia, situados no largo da Gloria. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1890. — Dr. *Ignacio Francisco Goulart*.

«Addendo — Fica entendido que, aceita a proposta pela directoria, considera-se dissolvida a companhia. Rio, 16 de agosto de 1890. — Dr. *Goulart*.»

Posta em discussão e depois de pequeno debate, foi a mesma approvada unanimemente.

Em seguida o Sr. presidente propoz para que o Sr. Dr. Ignacio Francisco Goulart fizesse parte da directoria como membro adjunto da liquidação, a que se vai proceder, de nossa sociedade, o que foi unanimemente approvado.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente levantou a sessão ás 2 3/4 horas da tarde. E eu, João Baptista de Castro, secretario da assembléa geral extraordinaria, mandei lavrar esta acta, que subscrevo. — Dr. *João Baptista de Castro*. — Dr. *Francisco da Silva Cunha*. — *Cornelio & Comp.* — *Commendador José Gonçalves Pereira Guimarães*. — *Manoel Joaquim Vieira de Carvalho*. — *Commendador Francisco Joaquim de Castro*. — *Barão de Iahype*. — Por procuração de Francisco Joaquim de Castro, *Carvalho & Rocha*. — Por procuração de Antonio Gonçalves de Carvalho, *Carvalho & Rocha*. — *Bernardino Ferreira da Costa e Souza*. — *Narciso L. Martins Ribeiro*. — Por procuração do conselheiro Sinimbu, *João Lins Vieira Cansanso de Sinimbu*. — *George Tulam*. — Por procuração de John T. Holgate, *John T. Holgate*. — *Antonio Francisco Goulart*. — Tenente-coronel *Luis Joaquim dos Santos Lobo*. — Dr. *Ignacio Francisco Goulart*. — *Felicio Fortunato Vale*. — Dr. *Antonio Gomes Guerra de Aguiar*.

Associação Promotora de Imigração em Minas

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA, CONVOCADA PARA 2 DE AGOSTO DE 1890

Aos dous de agosto de 1890, no escriptorio da Associação Promotora de Imigração em Minas, á rua Direita desta cidade, ás duas horas da tarde, presentes 19 Srs. accionistas, representando, por si e por procuração, 2.910 acções e 267 votos, como se verifica pelo livro de presença, tomou assento o Sr. Barão de Saramenha, presidente da associação e declarou que, achando-se presente numero legal de accionistas, estava installada a assembléa geral extraordinaria, convocada para hoje, e convidou para presidir os trabalhos o accionista Dr. José Ayres do Nascimento.

Pedindo este a palavra, apresentou razões que o privam de assumir a presidencia da da assembléa e indicou á referida o Sr. Barão Saramenha para seu presidente.

Sendo aceita esta indicação, por unanimidade de votos, accellou o Sr. Barão o cargo de presidente da assembléa, conservando para secretarios os accionistas Carlos Teixeira de

Carvalho Hungria e Manoel Francisco de Assis, que antes convidará para a iniciação dos trabalhos e fez ler as actas das sessões antecedentes, bem como o parecer do conselho fiscal, relativo ás contas e balanço de 1889, que, postos em discussão, foram, sem contestação, unanimemente approvados.

Em seguida leu o presidente da assembléa o requerimento que motivou a presente reunião.

Posto o mesmo em discussão, pediu a palavra o accionista Carlos Teixeira de Carvalho Hungria, que apresentou a seguinte proposta: — Proponho para que — conciliando os interesses da associação, no intuito de augmentar o seu capital, quando necessario for, e assim o numero de accionistas, seja sua sede transferida para a capital federal, onde mais facilmente encontrará a associação meios de operar, curando assim de sua prosperidade e manutenção.

Posta esta proposta em discussão, pediu a palavra o accionista Dr. Henrique Salles, que a impugnou. Submettida á votação por escrutinio secreto, foi approvada por 148 votos contra 114.

Postas em discussão as partes do requerimento referentes á conveniencia da continuação da sociedade e conservação dos dinheiros existentes para capital, fazendo-se já uma chamada do mesmo de 10 %, foram unanimemente approvadas.

Posta em discussão a reforma do art. 8º dos estatutos, o accionista Carlos Hungria apresentou a seguinte substituição: «Que á palavra secretario se acrescentasse a seguinte — o qual accumulará o cargo de gerente.»

Posta em discussão a reforma do art. 13, o accionista Carlos Hungria apresentou a seguinte substituição: «Cada director perceberá de vencimento annual 3:600\$, pagos por prestações mensaes, e o director gerente perceberá mais 200\$ mensaes *pro labore*.»

Paraphrasis unico. Além desses vencimentos, cada director terá mais direito a 2 % dos lucros liquidos, depois de deduzidos 5 % para o fundo de reserva e 9 % para dividendo aos accionistas.

Submettidas á discussão, foram unanimemente approvadas essa proposta e a precedente.

Posta em discussão a reforma do art. 14, o accionista Carlos Hungria apresentou a seguinte substituição ao segundo membro do mesmo artigo: «O lapso, porém, do mandato da primeira directoria terminará em 31 de dezembro de 1893.»

Submettida á votação, foi unanimemente approvada.

Passando a assembléa a tratar da eleição de dous directores e do conselho fiscal, na forma annunciada, verificou por escrutinio secreto, terem sido votados para directores os accionistas: Carlos Teixeira de Carvalho Hungria, com 237; Dr. Henrique de Magalhães Salles, com 177; e Dr. José Ayres do Nascimento, com 120; para membros do conselho fiscal os accionistas: Manoel José da Fonseca, Antonio Martins Marinhãs, Antonio Ferreira de Carvalho, Valentim Ribeiro da Fonseca, José Julio Nogueira de Carvalho e Manoel de Mattos Gonçalves; á vista de cujo resultado, o presidente da assembléa declarou eleitos directores os accionistas: Carlos Teixeira de Carvalho Hungria e Dr. Henrique de Magalhães Salles; membros do conselho fiscal os accionistas: Manoel José da Fonseca, Antonio Martins Marinhãs e Antonio Ferreira de Carvalho, e supplentes do mesmo conselho os accionistas: Valentim Ribeiro da Fonseca, José Julio Nogueira de Carvalho e Manoel de Mattos Gonçalves.

Em tempo — Depois de installada a assembléa e começados seus trabalhos, compareceu o accionista Pedro de Cerqueira Leite, que tomou assento. E nada mais havendo a tratar deu o presidente por findos os trabalhos, da assembléa, dos quaes mandou lavrar a presente acta, que assigna com os secretarios. Eu, Carlos Teixeira de Carvalho Hungria, 1º secretario que a subscrevi e assigno. — *Barão de Saramenha*. — *Carlos Teixeira de Carvalho Hungria*. — *Manoel Francisco de Assis*;

Companhia de Comissões e Ensaque de Café

ESTATUTOS

DA COMPANHIA, SUA SÉDE, PRASO DE DURAÇÃO E DO CAPITAL

Art. 1.º Para os fins consignados nestes estatutos, fica organizada uma sociedade anonyma sob a denominação de — Companhia de Comissões e Ensaque de Café — estabelecida nesta praça e cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, que é sua séde e em cujo foro sómente responderá por todas as obrigações que venha a contrahir, quer as resultante do centro de sua administração, quer as das agencias ou casas filias que desde já fica a directoria autorisada a crear e estabelecer em quaesquer praças, porto e localidade dentro ou fóra do paiz e como melhor convenha aos fins desta companhia.

Art. 2.º A duração da companhia será de 50 annos, antes dos quaes não poderá ser dissolvida sinão nos casos previstos na lei das sociedades anonymas; este prazo poderá ser prorogado pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 3.º O anno social decorre de 1 de julho a 30 de junho de cada anno, excepto o primeiro, que começará de 1 de setembro de 1890 e terminará em 30 de junho de 1891.

Art. 4.º O capital da companhia é de 3.000.000\$ representado por 15.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma. O capital da companhia poderá ser augmentado, por series de qualquer valor, até á quantia de 10.000.000\$, quando a directoria julgar opportuno, ficando para esse fim desde já autorisada, sem haver mister de consulta á assembléa geral, salvo occorrença especial, ou estranha que o reclame. O augmento poderá effectuar-se em qualquer espécie legal, em bens, dinheiro, cousas ou direitos, na conformidade do art. 3.º, § 2.º, do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

Art. 5.º As entradas serão realizadas na razão de 10 % do capital subscripto, com intervallos nunca menores de 30 dias, podendo as 3.ª, 4.ª e 5.ª chamadas serem mais espaçadas, si assim julgar conveniente a directoria. Os accionistas farão as entradas do capital sómente até completar 50 % do valor nominal de cada acção, sendo os restantes 50 % inteirados pela companhia na forma dos presentes estatutos. Por occasião da 2.ª entrada do capital é permittida a integralisação em globo das 3.ª, 4.ª e 5.ª, e neste caso descontar-se-ha sobre o valor das tres entradas anticipadas 4 % em favor do accionista que quizer usar desta faculdade.

Art. 6.º O accionista é responsavel pela quota do capital das acções que subscreveu ou lhe foi cedido por qualquer titulo e o que não effectuar a entrada do capital na época determinada não poderá votar e perderá em beneficio da companhia, as quotas anteriormente realizadas; declarando a directoria o commisso de suas acções, salvo o caso de força maior, devidamente justificado perante a mesma directoria, que lhe marcará novo prazo, pagando o accionista então, além da entrada em falta, mais o juro da móra na razão de 12 % ao anno. A directoria disporá, na primeira opportuidade, das acções que hajam sido declaradas em commisso, devendo as entradas assim realizadas e qualquer premio, si houver, ser levado á conta do fundo de reserva.

Art. 7.º As transferencias das acções serão effectuadas nos registros da companhia, por termos assignados pelos contractantes ou por seus legitimos representantes, de accordo com a lei das sociedades anonymas.

OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Art. 8.º A companhia tem por fim principal:

1.º A exploração do commercio de café, genero do paiz e do estrangeiro, recebidos em consignação, e bem assim o ensaue do café que lhe for consignado e do que possa comprar na praça.

2.º A organização de companhias agricolas, que tenham por fim a cultura do café, canna, todos os cereaes em geral concernentes á lavoura ou o desenvolvimento da industria pastoril; e para este fim:

(a) a aquisição de terras particulares e a dos estados, que proporcionem as vantagens promettidas pelo decreto n. 528 de 28 de junho de 1890;

(b) a construcção de casas provisórias para colonos, por conta propria, de lavradores ou companhias, que para este fim obtenham do governo os favores do citado decreto.

3.º A organização de companhias para fins industriaes, agricolas ou commerciaes.

4.º A compra e venda de titulos por conta de terceiros, liquidações de massas e heranças, recebimentos de juros e dividendos, pensões e ordenados, alugueis de casas e administração do bens de terceiros, mediante commissão.

5.º A compra e venda por conta propria de generos para fornecer a seus committentes e bem assim a aquisição de emprezas e companhias congéneres.

Art. 9.º A companhia poderá igualmente:

a) Contractar, empreitar e sub-empreitar a construcção de estradas de ferro, suas dependencias e ramificações, telephones, telegraphos, engenhos, fabricas, caes, docas, pontes, obras municipaes, edificios publicos e particulares;

b) Importar ou exportar material de construcção de qualquer natureza, machinas destinadas á lavoura ou industria e animaes de raça;

c) Organizar, adquirir, administrar, costear, vender e committar estradas de ferro, engenhos contraes, ferro-carris de tracção animada e minas de qualquer natureza;

d) Comprar e vender por conta propria ou alheia ouro e prata amoeada ou em pó ou em barra, diamantes, pedras preciosas, estabelecimentos ruraes, industriaes e fabris;

e) Emittir obrigações ao portador (*debenures*) até á importancia do seu capital social;

f) Subscrever, comprar e vender por conta propria ou alheia fundos publicos da União Federal, dos estados e municipalidades, acções, obrigações e quinhões de sociedades anonymas organizadas e por organizar;

g) Descontar bilhetes do Thesouro Nacional, da Alfandega, Casa da Moeda, *Warrant Docs*, letras das thesourarias dos estados e bancos, e outros titulos que convenham;

h) Empréstimo sob caução de titulos em geral e valores que tenham cotação na praça;

i) Contrahir quaesquer emprestimas e redescantar titulos de sua carteira;

j) Requerer, adquirir, contractar, custear ou vender concessões e privilegios por conta propria ou alheia, receber da União Federal ou dos estados e municipalidades juros e subvenções devidas a companhias, associações, emprezas ou a particulares com os quaes a companhia contractar.

Art. 10. A companhia adeantará a committentes e agriculcultores sob as bases seguintes:

a) Por letras com duas firmas, de seis a 12 mezes de prazo, com ou sem reforma e á escolha da directoria;

b) Por hypotheca e caução de titulo para garantia de conta corrente por um a cinco annos, podendo ser prorogado o prazo depois do vencimento, a juizo da directoria;

c) Por café ou generos expedidos ou embarcados e á vista do conhecimento, por dous terços do valor do genero;

d) Por escriptura de penhor sobre o café em tulhas, de seis mezes a um anno de prazo, podendo o contracto valer até 15 annos ou emquanto convier nisto a directoria;

e) A importancia de um a tres decimos do capital, poderá mover-se a descoberto, nos casos seguintes:

1.º Para adeantamento aos productores e committentes da companhia, de notoria idoneidade e que se distingam pela sua pontualidade e constancia.

2.º Para o serviço de agencias e casas filias creadas pela directoria e que tenham por fim promover os interesses da companhia; adeantando aos productores e committentes da mesma, sobre o calculo de dous terços do valor do genero expedido cu embarcado, em navios ou estradas de ferro, no acto do embarque ou expedição e sempre á vista do conhecimento.

Art. 11. A directoria compete regular o modo e condições dos adeantamentos e poderá baixar a taxa dos juros até o minimo de 6 % ao anno, nos casos da hypotheca e de 7 % nos demais casos, providenciando de modo que, si o pagamento não for feito em café ou outro qualquer genero consignado á companhia, as compensações estejam de antemão estipuladas e garantidas; nos casos em que não hajam estas estipulações, os juros serão os do estylo usados nas casas commerciaes de café.

Art. 12. Terão preferencia em igualdade de circumstancia para contractarem emprestimos com a companhia, os lavradores possuidores de acções da mesma companhia, e os que forem exclusivamente committentes della ou que venham a sel-os, tidos de antemão como constantes e pontuaes.

Art. 13. Emquanto as sommas das entradas não attingirem a 50 % do capital social, a directoria fará o emprego e movimento nos negocios que julgar mais convenientes e de vantagens, sem se considerar adstricta á regra prescripta n art. 10, letra (e) destes estatutos.

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 14. A assembléa geral dos accionistas é o poder deliberrativo da companhia, o qual decide de todos interesses collectivos. Achando-se ella legalmente constituída por accionistas que possuam, pelo menos, 10 acções, as suas deliberações tomadas de accordo com os presentes estatutos, obrigam a minoria e os accionistas ausentes, em todos os casos não contrarios ás leis vigentes.

Art. 15. A assembléa considerar-se-ha legalmente constituída quando em virtude de sua convocação acharem-se reunidos accionistas que representem, pelo menos, um quarto do capital realzado em acções nominativas, inscriptas nos registros da companhia, com 30 dias de antecedencia ao dia da reunião annunciada.

Paragrapho unico. Assim constituída a assembléa geral, poderá resolver sobre tudo que for de sua competencia, excepto sobre a reforma dos estatutos, liquidação e dissolução da companhia e augmento do fundo social, casos estes em que é necessaria a representação de dous terços do capital, para que sejam obrigatorias as deliberações da assembléa geral.

Art. 16. No caso de não reunir-se o numero de accionistas exigido para constituir-se a assembléa geral, observar-se-ha o disposto no art. 15 do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

Art. 17. A convocação de assembléa geral ordinaria e extraordinaria será feita, pelo menos, com 15 dias de antecedencia, annunciada nos jornaes de maior circulação, declarando-se nelle o objecto da convocação. Esse prazo poderá ser reduzido a cinco dias, quando seja necessaria segunda e terceira reunião, por falta da primeira; quando se verificar o caso de uma terceira reunião, além dos annunciados pelos jornaes, serão os accionistas convocados por cartas. A reunião ordinaria da assembléa geral terá logar annualmente no correr do mez de agosto e a de extraordinaria, sempre que a directoria resolver, por acto seu, ou a lei determinar.

Art. 18. Um mez antes e um mez depois da reunião ordinaria da assembléa geral, observar-se-ha o que dispõe o art. 16 do citado decreto, no que for applicavel.

Art. 19. Cada dez acções dão direito a um voto, não podendo, porém, o accionista ter direito a mais de 20 votos, qualquer que seja o numero de acções que possua ou represente. As acções são indivisiveis, não reconhecendo a companhia mais de um proprietario para cada acção. Os possuidores em commun de dez ou mais acções, só poderão votar, fazendo-se representar por um só delles, ou por procurador, de accordo com os presentes estatutos. Poderão votar:

1.º, os tutores, curadores e inventariantes, por seus pupillos, interdotos e acervos;

2.º, os maridos por suas mulheres;

3.º, um dos socios pela firma;

4.º, os prepostos de corporações;

5.º, os procuradores, uma vez que o seu representado possua dez ou mais acções. As votações serão sempre por escrutinio secreto. Não podem votar nas assembléas goraes:

a) os membros da directoria para approvar seus balanços, contas e inventarios;

b) os fiscaes para approvar seus pareceres;

As deliberações ou resoluções das assembléas geraes serão tomadas *per capita*, salvo quando reclamarem um ou mais accionistas possuidores pelo menos de 50 acções cada um, e, neste caso correrá a votação por escrutinio secreto, concorrendo cada accionista com o numero de votos a que tem direito. Os possuidores de acções ao portador não poderão fazer parte das assembléas, nem envolver-se nas discussões, votações ou deliberações, sem depositar no escriptorio da companhia as acções que possuirem até ao dia 15 de julho, quando se tratar das reuniões ordinarias, e dez dias antes do fixado para as reuniões, quando se tratar de extraordinarias.

As acções que estiverem caucionadas são dispensadas do deposito, sendo, porém, necessario o aviso pelos jornaes nos casos acima especificados. As procurações devem ser entregues no escriptorio da companhia, oito dias antes da reunião das assembléas, sob pena de não produzirem efeito algum.

A prova do deposito ou aviso das acções, ou entrega das procurações será feita unicamente com o recibo firmado pelo director-secretario da companhia.

Art. 20. São permittidos votar por procuração, para a eleição da directoria e fiscaes, com tanto que os mandatarios sejam accionistas e se apresentem munidos de poderes especiaes, salvo os casos dos artigos antecedentes ns. 1 e 2.

Paragrapho unico. Não podem ser mandatarios em caso algum os membros da directoria e os do conselho fiscal.

Art. 21. O presidente da assembléa geral será o presidente da directoria, o qual convidará dous accionistas para secretarios.

Paragrapho unico. Ao 1.º secretario compete lançar ou fazer lançar e subscrever em um livro apropriado, as resoluções de assembléa geral com os resumos dos assumptos discutidos ou votados.

Art. 22. Compete á assembléa geral: alterar ou reformar os estatutos e julgar as contas annuaes.

Nomear ou distituir os membros da directoria e do conselho fiscal.

Resolver assumptos relativos ao capital, liquidação ou dissolução da companhia, e sobre qualquer objecto para que tenha ella sido convocada e que esteja dentro dos limites de sua competencia.

DA DIRECTORIA

Art. 23. A companhia será administrada por uma directoria composta de cinco membros, os quaes entre si escolherão o presidente, vice-presidente, thesoureiro, gerente e secretario.

Art. 24. Cada membro da directoria, enquanto durar a sua administração, depositará na companhia, como caução, 100 acções, que serão inalienaveis enquanto permanecer no exercicio de seu cargo e não forem tomadas as respectivas contas.

Art. 25. A directoria poderá nomear delegados seus que representem perante o governo da União Federal, dos Estados e municipalidades, companhias, associações, ou particulares com quem haja ou tenha de contractar.

Art. 26. A directoria reunir-se-ha em sessão tantas vezes quantas o interesse da companhia o exigir, mas pelo menos duas vezes por mez.

De cada reunião o director secretario lavrará uma acta em livro para esse fim destinado, da qual constará em detalhes os assumptos que forem considerados e resolvidos.

As resoluções serão tomadas por maioria de votos presentes, e não poderá haver sessão sem o comparecimento, pelo menos de tres membros da directoria, inclusive o presidente ou quem suas vezes fizer.

Art. 27. Os membros da directoria serão eleitos pela assembléa geral (de entre os accionistas, que possuirem pelo menos 100 acções), por escrutinio secreto o maioria absoluta de votos, e quando não haja maioria em primeiro escrutinio, se procederá a segundo entre os candidatos mais votados em numero duplo aos que tiverem de ser reeleitos, prevalecendo a maioria apurada neste escrutinio e a sorte no caso de empate.

Não poderão servir, porém, conjuntamente na directoria, o pae e o filho, o sogro e o genro. Não podem ser eleitos membros da directoria os credores pignoratícios e os individuos legalmente impedidos de negociar, sendo, portanto, nullos e de nenhum efeito os votos que por ventura venham a receber.

Art. 28. Vagando algum logar de membro da directoria, esta poderá preencher-o, nomeando para esse fim um accionista que tenha pratica do serviço, além da necessaria qualificação; o nomeado exercerá o dito cargo, até á primeira reunião de assembléa geral, que o preencherá definitivamente si assim o entender. O director, assim eleito pela assembléa gnral, exercerá o cargo por todo o tempo que exercerá aquelle a quem substituiu.

Art. 29. Nenhum membro da directoria poderá deixar de exercer as funcções de seu cargo por mais de tres mezas, e dado este caso, se entenderá que o tem resignado, excepto si estiver ausente em serviço da companhia ou com licença da directoria.

Art. 30. A directoria exercerá o mantato por seis annos, podendo ser reeleita.

Art. 31. Compete á directoria;

1.º Resolver sobre as operações referidas nestes estatutos, fixando as condições e regras com as quaes devem ser realizadas.

2.º Constituir-se mandatario pelo orgão de seu presidente ou seu substituto legal, com plenos poderes, inclusive os de substa-belecer, para cobrar directamente do governo federal, estados e municipalidades, as garantias de juros e subvenções devidas as companhias e associações, com as quaes tenha a companhia contractado, e sobre as quaes exerça plena e geral administração.

3.º Deliberar sobre as contas annuaes que tenham de ser presentes á assembléa geral, assim como sobre a fixação do devido e proposta relativa á reforma dos estatutos, prorrogação do prazo da duração da companhia e augmento de seu capital.

4.º Poder renunciar direitos, hypothecar ou empenhar bens sociaes, contrahir emprestimo de qualquer natureza, emitir *debentures*, obrigar-se a juros e contrahir quaesquer obrigações.

5.º Nomear e demittir todos os empregados, marcando-lhes ordenados e designando-lhes suas attribuições.

6.º Designar os empregados que tenham de assignar obrigações, contas, facturas e correspondencias, quando os membros da directoria não puderem se incumbir destes serviços.

Art. 32. Compete ao presidente da companhia:

1.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas em suas reuniões ordinarias e em nome da directoria, o relatório annual das operações e estado financeiro da companhia.

2.º Presidir á directoria, ser orgão della, regular seus trabalhos, executar e fazer executar fielmente estes estatutos, o regulamento interno, as deliberações da directoria e as de assembléa geral. Convocar extraordinariamente a directoria, sempre que julgar conveniente ouvir-a sobre qualquer assumpto concernente á administração da companhia.

3.º Assignar balancetes trimensaes que se publicarem, escripturas, contractos e documentos que importarem responsabilidades para a companhia.

4.º Representar a companhia em suas relações com terceiros ou em juizo, sendo-lhe facultado para isso, constituir mandatarios com plenos e illimitados poderes.

5.º Dirigir e inspecionar a escripturação geral da companhia e todo o seu expediente, propor nomeação e demissão de todos os empregados, podendo suspender a estes si entender necessario, dando de tudo parte á directoria em sua primeira reunião.

Art. 33. Os membros da directoria se revearão nos diversos trabalhos, de modo que as operações sejam sempre acompanhadas pelo presidente e mais dous directores.

Art. 34. O honorario annual da directoria será o seguinte:

Ao director-presidente 12:000\$ e a cada um dos outros directores 8:000\$, pagos mensalmente.

Além do honorario, perceberá mais a directoria 5 % sobre os dividendos distribuidos, o que será repartido em partes iguaes por todos os membros da directoria.

Art. 35. A directoria elaborará e fará executar o regulamento interno e as instrucções convenientes aos diversos ramos das operações da companhia, do que na primeira oportunidade dará conhecimento á assembléa geral.

Art. 36. Haverá na companhia um conselho fiscal composto de tres membros, accionistas ou não, os quaes serão eleitos annualmente pela assembléa geral, nas reuniões ordinarias por maioria relativa, votando cada accionista em tres nomes e decidindo a sorte si entre elles ou dous delles, houver empate. Na mesma occasião e, do mesmo modo, serão eleitos tres fiscaes supplentes os quaes serviram na ordem da votação ou desempate.

Parapho unico. Cada um dos fiscaes vencerá o honorario annual de 3:000\$ pagos mensalmente.

Art. 37. Os dividendos não reclamados, prescreverão no fim de cinco annos e sua importancia será levada a conta de ganhos e perdas.

Art. 38. Todos os annos, com a necessaria antecedencia serão entregues ao conselho fiscal cópias das exactas do balanço e de quaesquer contas que tenham de ser apresentadas á assembléa geral, para que o mesmo conselho as examine e em seu relatório de sobre tudo parecer, que concluirá propondo á assembléa geral a approvação ou não das contas annuaes. O parecer do conselho fiscal será entregue ao presidente da companhia cinco dias antes da reunião da assembléa geral para ser publicado no termo legal.

Art. 39. O conselho fiscal assistirá as reuniões da directoria com voto semente consultativo, sempre que for para isso convidado e tem a faculdade de convocar extraordinariamente, nos casos legais, a assembléa geral dos accionistas.

Art. 40. Igualmente quaesquer accionista, em numero nunca inferior a sete, representando um quinto do capital social, podem requerer a directoria a convocação extraordinaria de assembléa geral, e elles proprios a podem effectuar, si a directoria não attende-os no prazo de oito dias.

Art. 41. Todos os fins de semestre, depois de apurado o lucro liquido das operações da companhia e deduzidos de tres até cinco por cento para o fundo de reserva, do restante far-se-ha o dividendo aos accionistas, até 15 % ao anno. Do excedente deduzir-se-ha, pelo menos 60 %, que serão levados a conta de integralisação das acções e o saldo será escripturado como lucros suspensos.

Art. 42. Uma vez integralizado o capital social, cessará a accumulção, e bem assim a do fundo de reserva, logo que a sua importancia atinja a um quinto do capital social; tanto em um como em outro caso, far-se-ha a divisão dos lucros liquidos, correspondentes, elevando a taxa ao limite que resolver a directoria.

Art. 43. O fundo de reserva é especialmente destinado a refazer o capital, desfalcado em virtude de prejuizos, e todas as vezes que essas perdas se realizarem, o fundo de reserva deverá ser reforçado na fórma do artigo antecedente, de modo a representar um quinto do capital da companhia.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 44. A directoria procurará sempre ultimar por meio de arbitros, as contestações que se suscitarem na gestão dos negocios da companhia.

Art. 45. Expirado o prazo da duração da companhia, si não for elle prorogado, ou no caso de dissolução antecipada, a assembléa geral, a convite da directoria, determinará a fórma da liquidação, nomeando a commissão liquidante e investindo-a dos poderes necessarios para vender os bens moveis e immoveis da companhia, receber o que lhe for devido, pagar o que ella dever e finalmente, si julgar mais conveniente, entrar tambem em ajuste com qualquer instituição de credito que quizer se encarregar da liquidação da companhia.

Art. 46. A directoria fica autorizada para demandar ou ser demandada e para exercer livre e geral administração, com

plenos poderes, nos quaes ficam sem reserva alguma comprehendidos e outorgados todos os poderes, mesmoos em causa propria.

Art. 47. Os membros da directoria e todos os empregados são responsaveis pelos abusos que praticarem no exercicio de suas funcções.

Todos os casos omissos nestes estatutos, bem como os dependentes de interpretação, serão regulados pelas leis vigentes, que regulam a materia e nomeadamente pelo já citado decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

Art. 48. A directoria, pelo prazo de seis annos fica constituida pelos cidadãos:

Dr. Nominato José de Souza Lima, presidente; Dr. Manoel Vieira dos Santos Machado, vice-presidente; Zacarias Borba dos Santos, thesoureiro; Joaquim T. F. Penaforte, gerente, e Antonio Soares Ladeira, secretario.

Art. 49. O conselho fiscal, pelo prazo legal fica constituido pelos cidadãos: commendador Antonio José Gomes Brandão, Thomaz J. de A. Pereira Valente e Custodio Martins de Souza. Supplentes: Estella & Comp., Teixeira & Borges e Antonio da Rocha Passos.

Art. 50. Ficam estes estatutos aceitos e reconhecidos pelos accionistas, com a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei.

Rio de Janeiro, agosto de 1890.

A Directoria

Presidente, Nominato José de Souza Lima, commissario de café, residente nesta cidade, rua do Senado n. 69.

Vice-presidente, Manoel Vieira dos Santos Machado, advogado, residente á rua Bambina n. 13.

Thesoureiro, Zacarias Borba dos Santos, negociante, residente nesta cidade á rua de S. Bento n. 40.

Gerente, Joaquim T. F. Penaforte, capitalista, residente nesta cidade á rua da Passagem n. 13.

Secretario, Antonio Soares Ladeira, negociante, residente neste cidade á rua do Senado n. 69.

Conselho fiscal

Commendador Antonio José Gomes Brandão.
Thomaz Joaquim de Almeida Pereira Valente.
Custodio Martins de Souza.

Supplentes

Estella & Comp., negociantes.
Teixeira & Borges, negociantes.
Antonio da Rocha Passos, negociante e industrial.

N. de ordem	Nomes dos subscriptores	N. de acções
1	Nominato Lima & Comp.....	1.000
2	Nominato José do Souza Lima.....	500
3	Joaquim T. F. Penaforte.....	200
4	Antonio Soares Ladeira.....	150
5	Zacarias Borba dos Santos.....	720
6	Alfredo Augusto Rodrigues Vallo, por si.....	30
7	e por procuração de Julio da Silva Monteiro Girão.....	15
8	Oscar Rodrigues Vallo.....	20
9	Alvaro Augusto da Cruz.....	5
10	Antonio Felicissimo de Oliveira.....	10
11	Antonio Vieira Lima.....	5
12	Antonio da Rocha Passos.....	50
13	Leitão & Irmão.....	200
14	Leandro Mert & Comp.....	40
15	Teixeira Borges.....	50
16	Souza, Carvalho & Comp.....	100
17	Felix Torquato & Irmão.....	25
18	Custodio Martins & Souza.....	10
19	Estella & Comp.....	50
20	José Alves da Silva.....	50
21	Luiz Antonio Garcia Junior.....	100
22	Rebello Irmão & Comp.....	50
23	Francisco Pedro Nogueira.....	100
24	Porfirio Francisco Garrido Bellas.....	100
25	José Augusto de Souza Menezes.....	100
26	Alexandre Ribeiro & Comp.....	100
27	H. B. de Magalhães Mendonça.....	100
28	Antonio da Costa Ferreira Mondego.....	100
29	João Antonio da Costa Carvalho.....	100
30	Rebello & Silva.....	100
31	Arthur Costa & Comp.....	25
32	Torres, Vianna & Comp.....	25
33	Valerio Corrêa Netto Filho.....	20
34	Jorge da Costa Franco.....	340
35	Luiz Augusto de Magalhães.....	500
36	Alfredo Briso Barboza.....	500
37	Barão de Mesquita.....	500
38	Jorge Conceição.....	30
39	Pompéo Palha.....	200
40	Brandão & Moreira Maximino.....	10

41 Por procuração do Dr. Martinho da Rocha, Oscar Rodrigues Valle.....	100
42 Virgilio Teixeira de Carvalho.....	5
43 Pelo Banco Sul Americano, Jorge da Costa Franco.....	250
44 J. D. Borges.....	100
45 Bernardino Ferreira da Costa e Souza..	50
46 Manoel Ferreira da Costa Souza.....	25
47 Antonio Ferreira Marques de Souza...	25
48 E. P. Lacaze.....	1.000
49 Pela Empresa de Obras Publicas no Brazil, M. B. M.....	600
50 M. Buarque de Macedo.....	200
51 Luiz Peixoto de Castro.....	100
52 Caetano Pinheiro da Fonseca.....	25
53 Heraclito de Alencastro Pereira da Graça.....	10
54 Francisco José Ribeiro.....	10
55 A. J. Gomes Brandão Junior.....	100
56 V. de Carandahy.....	200
57 Cornelio de S. Lima.....	50
58 Carlos M. da Motta Ribeiro de Rezende.	100
59 João Carlos Rodarte.....	100
60 Manoel Vieira dos Santos Magalhães..	300
61 Luiz Fernandes Gandra.....	100
62 Vicente Werneck Pereira da Silva....	20
63 Joaquim Barbosa dos Santos Verneck..	100
64 José Vieira dos Santos Werneck.....	20
65 José Monteiro.....	20
66 Lopes & Teixeira.....	50
67 Por procuração de Joaquim Soares Ladeira, Oscar Rodrigues Valle.....	50
68 Pedro Dias Gordilho Paes Leme.....	100
69 E. de Saint Diniz.....	10
70 L. A. Pimentel Castro.....	10
71 João Baptista Carvalho da Matta.....	10
72 Christovão C. Castro.....	25
73 Evaristo Xavier da Veiga.....	100
74 Trajano Antonio de Moraes.....	200
75 José Pereira Gonçalves Paranhos.....	350
76 Joaquim Antonio Alves Bastos Junior.	50
77 Henry Lowndes.....	200
78 Alfredo Bandeira.....	10
79 Por procuração de Marcos Bloch, Joaquim T. F. Penaforte.....	100
80 Augusto Cruz Gonçalves Osorio.....	100
81 Por José Manoel Navarro.....	50
82 Por Henrique M. Lisboa.....	50
83 Por Hildebrando Crissiuma.....	50
Joaquim T. F. Penaforte.	
84 A. J. Gomes Brandão.....	200
85 O mesmo pelo Banco Colonizador e Agricola.....	3.365
Total.....	15.000

Directoria

Presidente, Dr. Nominato José de Souza Lima, negociante, residente à rua de S. Bento n. 40.

Vice-presidente, Dr. Manoel Vieira dos Santos Machado, advogado, residente à rua Bambina n. 13.

Thesoureiro, Zacarias Borba dos Santos, negociante, residente à rua de S. Bento n. 40.

Gerente, Joaquim T. F. Penaforte, capitalista, residente à rua da Passagem n. 13.

Secretario, Antonio Soares Ladeira, negociante, residente à rua do Senado n. 69.

Conselho fiscal

Thomaz J. de A. Pereira Valente, corrector de generos, residente à rua dos Voluntarios da Patria n. 18.

Commendador Antonio José Gomes Brandão, banqueiro, residente à rua de Santo Amaro n. 35.

Custodio Martins de Souza, negociante, residente à rua de S. Pedro n. 70.

Supplentes

Estella & Comp., negociantes, residentes à rua do Ouvidor n. 64.

Teixeira & Borges, negociantes, residentes à rua do Rosario n. 76.

Antonio da Rocha Passos, negociante, residente à travessa de Santa Rita n. 18.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1890.—Zacarias Borba dos Santos, 1º secretario da mesa.

N. 959

Certifico que foram hoje archivados nesta repartição, sob n. 959, em virtude de despacho da Junta Commercial, os estatutos da Companhia de Commissions e Ensaque de Café, com os demais documentos exigidos pela lei.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 1 de setembro de 1890.—O secretario, Cesar de Oliveira.

Achava-se ao lado o grande sello da Junta Commercial, em alto relevo.

MARCAS REGISTRADAS**N. 1.803**

Vieira de Mello & Comp., estabelecidos com fabrica de cerveja na cidade de Petropolis, quartelão suizo, apresentam a registro a marca que destinam ao producto de sua fabrica, e cuja descripção é a seguinte:

No centro do rotulo, que tem a forma de um escudo e impresso a cores diversas, está collocada uma estrella de cinco raios, tendo por base duas espadas cruzadas em linha obliqua, apoiando a estrella um de seus raios sobre os copos da espada da direita.

O centro da estrella é occupado por dous circulos e estes cortados transversalmente por uma faixa em que estão escriptas as palavras «Vieira de Mello & Comp.» O circulo exterior é impresso em toda a circumferencia por pontos que representam estrellas.

Do lado superior da estrella está a palavra «Petropolitana», escripta em uma lista de cujas extremidades estão pendentes os emblemas do lupulo e da cevada. Na parte superior do rotulo estão escriptas em uma faixa as palavras «Fabrica de Cerveja Nacional». Diversos ornamentos enchem os claros do rotulo. Na parte inferior da marca a registrar está escripta em semicirculo a firma Vieira de Mello & Comp., e por debaixo desta as palavras «Petropolis e Quartelão Suizo».

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1890.—Vieira de Mello & Comp.

Estava collada uma estampilha de \$200, devidamente inutilizada.

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ás 11 horas da manhã de 31 de julho de 1890.—Cesar de Oliveira.

Registrada sob n. 1.803, em virtude de despacho da Junta Commercial, em sessão de hoje.

Pagou no primeiro exemplar 6\$ de sello e \$300 de taxa adicional de 5%.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1890.—Cesar de Oliveira.

Achava-se gravado, em alto relevo, o sello da Junta Commercial.

ANNUNCIOS**Banco Nacional do Brazil****EMISSÃO**

Faço publico que este banco deliberou emitir a 2ª série de notas de 20\$, cuja estampa já foi descripta por annuncios feitos nos jornaes desta capital e designadamente no *Diario Official* de 26 de junho deste anno.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1890.—Conde de Figueiredo, presidente.

Banco dos Estados Unidos do Brazil

Convida os Srs. accionistas a realizar uma entrada de capital na razão de cincoenta mil réis (50\$000) por acção, de 16 a 20 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1890.—F. P. Mayrink, presidente.

Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande

No escriptorio central desta companhia, acham-se à disposição dos Srs. accionistas os documentos de que trata o art. 16 da lei das sociedades anonymas.

Rio, 30 de agosto de 1896.—Alfredo Coelho da Rocha, director-gerente.

DIARIO OFFICIAL

A assignatura é de 18\$ por anno e de 6\$ por quatro mezes.

Pode ser tomada em qualquer tempo, mas termina sempre nos mezes de abril, agosto e dezembro.

Aos funcionarios publicos retribuidos que autorisarem o desconto de 1\$ mensaes em seus vencimentos, cabe o direito de receber a folha official, de conformidade com o disposto no art. 26 do regulamento de 30 de julho de 1889.

Rio de Janeiro.—Imprensa Nacional.—1890